



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021

FOLHA DE APRESENTAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, doravante denominada CMBH, inscrita no CNPJ sob o nº 17.316.563/0001-96, com sede na Avenida dos Andradas, nº 3.100, Bairro Santa Efigênia, nesta Capital, torna público, para conhecimento dos interessados, que realiza a presente licitação visando à contratação do objeto abaixo indicado.

OBJETO

Aquisição de **ativos de rede (switches de acesso, switches core, transceivers e cabos DAC)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

MODALIDADE	TIPO
Pregão Eletrônico	Menor Preço
MODO DE DISPUTA	INTERVALO ENTRE OS LANCES (PARA O CASO DO MODO DE DISPUTA ABERTO)
Aberto	1%

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e Portaria nº 15.477/2014.

CALENDÁRIO PARA A SESSÃO PÚBLICA

Data: 17/09/2021 (dezessete de setembro de dois mil e vinte e um)

Horário: A partir das 10:00 horas (dez horas)

Endereço: site <<http://www.comprasnet.gov.br/>>

Código UASG: 926306

Referência de horário: Brasília/DF

REGISTRO DE PREÇOS?	ADJUDICAÇÃO	LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	RESERVA COTA ME/EPP?
---------------------	-------------	-----------------------------	----------------------



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Não	Por Lote único	Não	Não
DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)			
01.01.01.031.001.2921.449052-16 (Equipamentos e Material permanente - Equipamentos de Tecnologia da Informação) – para os itens 1 a 3; 01.01.01.031.001.2001.339030-20 (Material de Consumo – Material e Acessórios de Tecnologia da Informação) – para os itens 4 a 7			
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (CONFORME DETALHAMENTO E CONDIÇÕES CONSTANTES NO ITEM 9 DO EDITAL)			
Requisitos básicos: <ul style="list-style-type: none">• Prova de constituição social;• Comprovante de inscrição e de situação cadastral do CNPJ;• Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal;• Comprovante de regularidade para com o FGTS;• Certidão de quitação com a Justiça do Trabalho.		Requisitos específicos: Não há	
AGENTE EXECUTOR DA LICITAÇÃO			
PREGOEIRO(A) e equipe de apoio designados pela Portaria nº 19.330, publicada no DOM/BH de 30/01/2021.			
ANEXOS CONSTANTES DO EDITAL			
a) Termo de referência; b) Modelo para apresentação da proposta comercial; c) Regras do modo de disputa – Aberto; d) Microempresas (ME's) e Empresas de Pequeno Porte (EPP's);			



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- e) Minuta de contrato – versão simples (anexos I e II);
- f) Retificação referente ao protocolo de pedidos de esclarecimentos e impugnações.

RELAÇÃO DE ITENS

LOTE Nº	ITEM Nº	BEM/SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	1	Switch de acesso PoE – 24 portas 10/100/1000BASE-T, 4 portas SFP+ 1/10GbE	Unidade	10 (dez)
	2	Switch de acesso – 48 portas 10/100/1000BASE-T, 4 portas SFP+ 1/10GbE	Unidade	11 (onze)
	3	Switch core – 24 portas SFP+ 1/10GbE, 4 portas SFP+ 1/10G	Unidade	2 (duas)
	4	Transceiver 10G SFP+ LC SR	Unidade	40 (quarenta)
	5	Transceiver 1G SFP LC SX	Unidade	12 (doze)
	6	Cabo DAC 10G SFP+/SFP+ 1m	Unidade	16 (dezesesseis)
	7	Cabo DAC 10G SFP+/SFP+ 3m	Unidade	5 (cinco)

OBSERVAÇÕES

- 1) A especificação completa do objeto está contemplada no termo de referência.
- 2) A íntegra do edital está disponível para consulta nos sites <http://www.cmbh.mg.gov.br/transparencia/licitacoes/> e <http://www.comprasnet.gov.br/>.
- 3) O valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances no sistema Comprasnet, nos termos previstos no art. 15 do Decreto Federal nº 10.024/2019.
- 4) De acordo com o subitem 16.1 do Termo de Referência, as empresas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

LICITANTES deverão, como requisito de aceitabilidade das suas propostas comerciais, apresentar declaração de não utilização da prática de Registro de Oportunidade, o que deve ser feito conforme Modelo de Proposta Comercial anexado ao edital.

- 5) De acordo com o subitem 16.2 do Termo de Referência, as empresas LICITANTES deverão, como critério de aceitabilidade das suas propostas, apresentar os prospectos técnicos (fichas técnicas) dos produtos ofertados, para que a equipe técnica da CMBH possa avaliar se as características exigidas são atendidas pelos produtos.
- 6) Frisa-se que, conforme consta na Folha de Rosto do Edital, ao presente pregão aplica-se a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Federal nº 8.666/1993, a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e a Portaria nº 15.477/2014.

Belo Horizonte/MG, 26 de agosto de 2021

Emanuela Pilé de Barros Torres

PREGOEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

IZABELLA SANTOS e NUNES - CM 152
Procuradora Geral Adjunta
OAB/MG 154.838
CM-BH

CORPO DO EDITAL

1 OBJETO

O objeto da presente licitação é o enunciado sumariamente na “folha de apresentação” deste edital e detalhado em seu **ANEXO “TERMO DE REFERÊNCIA”**.

2 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Somente poderão participar desta licitação os interessados aptos ao cumprimento do objeto licitado, que atenderem às exigências enumeradas neste edital, em seus anexos e, ainda, aos requisitos da legislação específica, sem prejuízo de eventual exclusividade da licitação a MICROEMPRESA (ME) e EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) quando prevista na “folha de apresentação” deste ato convocatório.

2.1.1 - Todas as previsões contidas neste edital e em seus anexos para a ME e EPP se aplicam também aos entes a elas equiparados, nos termos da legislação vigente.

2.1.2 - Não poderão participar desta licitação os interessados que se enquadrarem em qualquer caso de proibição previsto na legislação vigente, neste edital e em seus anexos, especialmente em uma ou mais das situações a seguir:

- a) que tenham tido sua falência declarada, que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) suspensos de participar em licitação e impedidos de contratar com a CMBH;

10
10
BV
P
10/10/2013



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- c) declarados inidôneos para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
- d) impedidos de licitar e contratar com o Município de Belo Horizonte;
- e) que não tenham prestado, no campo próprio do sistema eletrônico, as declarações a que se refere o subitem 4.1 deste edital;
- f) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- g) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- h) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993 e nas do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte;
- i) cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação;
- j) cujo sócio majoritário tenha sido punido com a proibição de contratar com o Poder Público, nos termos dos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992.

2.1.2.1 - Quando permitida a participação de empresas em consórcio, as regras constarão em **anexo próprio**, relacionado na folha de apresentação do edital, com o título **“CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO”**.

2.1.3 - A observância das vedações do subitem 2.1.2 deste edital é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

2.2 - A simples participação da licitante neste certame implica:

Avenida dos Andradas, 3.100, Sala A-121 - Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG - CEP: 30.260-900,
Seção de Apoio a Licitações - Telefone: (31) 3555-1249



- a) a aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, não podendo constar da documentação apresentada pela licitante dados ou informações que contradigam as regras do ato convocatório, devendo tal ocorrência constar de registro próprio a ser feito pelo(a) PREGOEIRO(A);
- b) que o prazo mínimo de validade da proposta comercial é de **60 (sessenta)** dias, a contar da data final estipulada para seu envio. Caso a licitante explicitar prazo superior em sua proposta, esse prevalecerá em relação ao prazo mínimo estabelecido neste item. Será desconsiderada pelo(a) PREGOEIRO(A) a eventual indicação de prazo de validade inferior ao mínimo de **60 dias**, uma vez que prevalecerá esse prazo mínimo caso a licitante não indique em sua proposta prazo maior;
- c) a total sujeição à legislação pertinente.

3 CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar deste Pregão Eletrônico, o interessado deverá se credenciar previamente no site <www.comprasnet.gov.br>.

3.1.1 - O credenciamento far-se-á no nível I do SICAF e pela atribuição, pelo sistema eletrônico, de chave de identificação e de senha, pessoais e intransferíveis, para acesso ao referido sistema, observado o disposto no subitem 9.2.3 deste edital.

3.2 - O credenciamento pelo provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico, inclusive pela anexação ao sistema da proposta comercial e dos documentos de habilitação.

3.2.1 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada em seu

BO SV
a
20/10/2017



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

nome, diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CMBH a responsabilidade pelas operações feitas pela licitante ou por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 DECLARAÇÕES A SEREM PRESTADAS NO SISTEMA

4.1 - A interessada deverá prestar previamente, em campo próprio do sistema eletrônico do *site* <www.comprasnet.gov.br>, além das demais exigidas no citado sistema, as seguintes declarações:

I) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste edital e respectivos anexos, a teor do disposto no artigo 4º, VII, da Lei Federal nº 10.520/2002, para fins de participação no certame;

II) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

III) que cumpre os requisitos legais para qualificação como ME ou EPP, conforme previsto no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, para as seguintes finalidades:

a) **para fins de participação** na licitação em itens ou em grupo de itens nos quais houver exclusividade de participação para ME ou EPP, de modo que a assinalação do campo “NÃO” impedirá seu prosseguimento no certame;

b) **para fins de usufruir do tratamento favorecido** estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, sob pena de a assinalação do campo “NÃO” produzir o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na referida lei, mesmo que seja ME ou EPP;

IV) **que não emprega menores** de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na



condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, **para fins de habilitação** (conforme disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/1999).

4.2 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei, neste edital e em seus anexos.

5 ENVIO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

5.1 - A proposta comercial inicial e os documentos de habilitação elencados no item 9 do presente edital deverão ser enviados por meio do sistema eletrônico, pelo site <www.comprasnet.gov.br>, a partir da data de divulgação do presente edital no mesmo site e até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento das propostas e dos documentos de habilitação. Durante este período, a licitante poderá retirar ou substituir no sistema sua **proposta comercial inicial** e seus documentos de habilitação.

5.1.1 - Será desclassificada a **proposta comercial inicial** que contenha algum elemento que possa identificar a licitante, sem prejuízo de aplicação à mesma das demais cominações legais pertinentes.

5.1.2 - A **proposta comercial inicial**, contendo os preços, as especificações e, quando for o caso, a marca/modelo do objeto ofertado, deverá ser formulada e enviada **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.

5.2 - Concluída a fase de lances e a etapa de negociação, a licitante vencedora deverá, após solicitação do(a) PREGOEIRO(A), elaborar e anexar ao sistema a **proposta comercial final ajustada**, sob pena de desclassificação e de aplicação, a critério da CMBH, das penalidades previstas no item 18 deste edital, com observância dos seguintes requisitos:

a) indicar a denominação social e o número do CNPJ/CPF da licitante;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- b) no caso de itens isolados, apresentar preços unitário e total para cada um dos itens;
- c) no caso de grupo de itens, apresentar preços unitário e total para todos os itens que o componha, bem como preço global respectivo;
- d) conter oferta firme e precisa relativamente ao que cotar, sem alternativas de preços ou quaisquer outras condições que induzam o julgamento a ter mais de um resultado;
- e) cotar os preços em moeda corrente;
- f) não conter emendas, rasuras, borrões, ressalvas ou entrelinhas, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito das demais licitantes, prejuízo à CMBH ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.

5.3 - Os cálculos integrantes da **proposta comercial final ajustada** serão devidamente conferidos pela CMBH e, em caso de diferença entre os resultados constantes da proposta e os resultados apurados pela CMBH na operação aritmética de conferência, prevalecerão esses últimos.

5.3.1 - Havendo divergência entre preço unitário e preço total, prevalecerá o preço unitário. Havendo divergência entre preço numérico e preço por extenso, prevalecerá o preço por extenso.

5.3.2 - Na ocorrência das hipóteses previstas nos subitens 5.3 e 5.3.1 deste edital, o(a) PREGOEIRO(A) solicitará à licitante a anexação ao sistema de nova proposta comercial com as correções por ele apontadas. Na ausência de tal anexação, fará (o) PREGOEIRO(A) os devidos apontamentos em formulário próprio a ser anexado à proposta comercial final e ao contrato, o qual indicará os valores corretos que deverão prevalecer para fins de contratação.

5.4 - Na proposta comercial final ajustada a ser anexada ao sistema será permitida a readequação dos preços, a critério da licitante, desde que todos os preços sejam menores ou iguais aos preços finais ofertados na fase de lances



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Procuradoria Geral Municipal
C.M. 552
OAB/MG 754.838

e na etapa de negociação, bem como aos preços médios constantes dos autos, sob pena de sua não aceitação pelo(a) PREGOEIRO(A).

5.5 - A apresentação da proposta comercial pela licitante implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições e especificações nela contidas, em conformidade com o que dispõe o termo de referência, assumindo a proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

5.6 - Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear alterações posteriores sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7 - Além dos preços ofertados pelas licitantes em suas propostas comerciais, nada mais poderá ser cobrado da CMBH, a qualquer título e a qualquer momento, para a perfeita e completa execução do objeto deste Pregão.

5.7.1 - Os preços ofertados deverão considerar, ainda, **todos os encargos incidentes sobre o objeto deste Pregão**, não sendo aceita reivindicação posterior para a inclusão de outros encargos nos referidos preços, salvo se houver comprovação de que são novos e criados por ato de governo em data posterior à de envio das respectivas propostas comerciais.

5.8 - O prazo de validade da proposta comercial não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data final estipulada para seu envio.

5.9 - Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no *site* <www.comprasnet.gov.br> e as especificações constantes deste edital e de seus anexos, prevalecerão estas últimas.

5.10 - Incumbirá à licitante acompanhar todas as operações efetuadas no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ou seja, desde a sua abertura até o seu encerramento, ficando responsável pelo ônus decorrente da

BV 110 P 21 2



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

perda de negócios em virtude da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo(a) PREGOEIRO(A) ou pelo sistema, bem como de sua eventual desconexão.

5.11 - A licitante, com a utilização do sistema eletrônico, assume como firmes e verdadeiros sua proposta e todos os lances inseridos e valores negociados durante a sessão pública.

6 ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 - A abertura da sessão pública será feita pelo(a) PREGOEIRO(A) por meio de sistema eletrônico no *site* <www.comprasnet.gov.br>, em data e horário indicados na folha de apresentação deste edital, quando se promoverá a análise e divulgação das **propostas comerciais iniciais recebidas, sem a identificação de seus autores, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações deste ato convocatório.**

6.1.1 - O(A) PREGOEIRO(A) desclassificará, motivadamente, as **propostas comerciais iniciais que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital e em seus anexos.**

6.1.2 - Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da etapa de lances.

6.2 - Após a abertura da sessão, **não caberá desistência do certame, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) PREGOEIRO(A), sob pena de aplicação das penalidades previstas no subitem 18.2 deste edital, além de outras penalidades legalmente admissíveis.**

6.3 - Na hipótese de não haver expediente no dia fixado na folha de apresentação deste edital, ficam os eventos respectivos transferidos para dia e horário a serem previamente comunicados pelo(a) PREGOEIRO(A).



7 ETAPA DE LANCES E DEMAIS PROCEDIMENTOS DA SESSÃO PÚBLICA

7.1 - O ANEXO “TERMO DE REFERÊNCIA” deste edital indica se a licitação será feita por item isolado ou por grupo de itens, podendo adotar as duas formas simultaneamente. O formato (item isolado ou grupo de itens) indicado no referido anexo deverá ser necessariamente respeitado pelas licitantes ao elaborarem suas propostas comerciais.

7.2 - Aberta a etapa competitiva na sessão pública, a licitante poderá encaminhar seus lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo ela imediatamente informada do seu recebimento, do horário de registro e do valor.

7.2.1 - Os lances deverão ser ofertados pelo valor total para a íntegra de cada item isolado ou componente do grupo de itens, conforme definido no ANEXO “TERMO DE REFERÊNCIA” e no item 8 deste edital, excetuado, quando for o caso de registro de preços, o disposto no ANEXO “APLICAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS”.

7.3 - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

7.4 - Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.5 - Durante a fase de lances, o(a) PREGOEIRO(A) poderá, justificadamente, excluir lance cujo valor seja manifestamente inexequível. Caso a licitante não concorde com a exclusão, deverá reenviar o lance excluído.

7.6 - O modo de disputa adotado para este certame será aquele definido no ANEXO “REGRAS DO MODO DE DISPUTA”, cabendo à licitante tomar ciência de todas as regras nele contidas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Roberta Santos e Nunes - CM
Procuradora Geral Adj.
CAB 154.838

7.7 - No caso de desconexão com o(a) PREGOEIRO(A) no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances. Quando possível, retornará o(a) PREGOEIRO(A) a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos eventualmente realizados no sistema durante essa desconexão.

7.7.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas, no mínimo, 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes pelo(a) PREGOEIRO(A), no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.7.2 - Caso a licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta eletrônica inicial para efeito de classificação.

7.8 - Havendo empate para fins de classificação, será observado o seguinte:

a) só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de sua apresentação pelas licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação;

b) no caso de equivalência dos valores apresentados por ME e EPP que se encontrem no intervalo de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate, aplicando-se o regramento disposto no ANEXO "MICROEMPRESAS (ME's) e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP's)";

c) havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- I) produzidos no País;**
- II) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;**

Handwritten signatures and initials in blue ink on the left margin.

Handwritten initials and marks at the bottom of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



III) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

d) na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.9 - Apurada a oferta classificada em primeiro lugar e cumprida, se for o caso, a determinação contida no subitem 7.10 seguinte, o(a) PREGOEIRO(A) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante para que seja obtido preço melhor para a CMBH, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital e em seus anexos.

7.9.1 - A negociação a ser realizada nos termos do subitem 7.9 poderá ser acompanhada pelas demais licitantes por meio do sistema eletrônico.

7.10 - Nenhuma negociação poderá ser feita pelo(a) PREGOEIRO(A) com a melhor classificada sem que antes, quando for o caso, seja dado às ME's e EPP's em situação de empate ficto o direito de encaminhamento da oferta final de desempate, nos termos previstos neste edital, em especial no **ANEXO "MICROEMPRESAS (ME's) e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP's)"**, bem como na Lei Complementar Federal nº 123/2006.

8 ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 - Após a divulgação deste edital no sítio eletrônico, as licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação, sua proposta inicial com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a

BV

110

Q

E

M

Handwritten signature and date: 11/03/2023



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, conforme previsto no subitem 5.1 deste ato convocatório.

8.1.1 - Encerrada a etapa de negociação de que trata o subitem 7.9, o(a) PREGOEIRO(A) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estipulado para a contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do edital e de seus anexos.

8.1.2 - Para o julgamento das propostas, o(a) PREGOEIRO(A) levará em consideração o **MENOR PREÇO OU O MAIOR DESCONTO, conforme definido na “folha de apresentação” deste instrumento, OFERTADO PARA A ÍNTEGRA DO ITEM ISOLADO OU DO GRUPO DE ITENS**, conforme definido no **ANEXO “TERMO DE REFERÊNCIA”**, desde que atendidas todas as demais especificações do edital e de seus anexos, não sendo aceitas as propostas que estiverem em desacordo.

8.1.3 - Não serão aceitas propostas com valor global ou unitário superior ao estimado, inclusive, quando houver, para a taxa de BDI.

8.1.3.2 - No caso de grupo de itens, a aceitação somente poderá ser feita em relação à totalidade do grupo, não se admitindo aceitação parcial de proposta.

8.1.3.2.1 - A existência de valor de um ou mais itens componentes do grupo superior à média estimada impedirá o aceite daquela proposta, ainda que o valor global do grupo de itens esteja abaixo do preço médio global.

8.1.3.2.2 - O(A) PREGOEIRO(A) poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o valor global ofertado for aceitável, mas os valores unitários que o compõem necessitarem de ajustes aos preços estimados pela CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



8.1.2.3 - Todos os preços deverão ser cotados com, no máximo, **duas casas decimais**. Não sendo observada esta regra pela licitante, serão desconsideradas pelo(a) PREGOEIRO(A) as casas decimais a partir da terceira, **sem arredondamento**.

8.2 - A licitante detentora da melhor oferta aceita após a etapa de negociação, quando convocada pelo(a) PREGOEIRO(A), deverá enviar, por meio da opção “enviar anexo” do sistema eletrônico, a proposta comercial final (ajustada ao último lance dado ou ao valor negociado), no modelo constante do **ANEXO “MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL”** deste edital, bem como eventual documentação complementar, quando necessária.

8.2.1 - Os documentos exigidos deverão ser enviados por meio digital pela licitante, através da funcionalidade presente no sistema (*upload*), no prazo mínimo de 2 (duas) horas e máximo de 24 (vinte e quatro) horas a ser definido pelo(a) PREGOEIRO(A) após fazer a solicitação daqueles no sistema eletrônico.

8.2.1.1 - O prazo para envio de anexo (situação de “convocado”) será finalizado automaticamente pelo sistema quando da anexação dos documentos.

8.2.1.2 - O prazo previsto no subitem 8.2.1 poderá ser prorrogado uma única vez, por no máximo 24 (vinte e quatro) horas, a pedido da licitante, com justificativa aceita pelo(a) PREGOEIRO(A), desde que apresentado requerimento no prazo inicialmente concedido, através do e-mail cpl@cmbh.mg.gov.br ou do *chat* do sistema.

8.2.2 - Caso o termo de referência tenha exigido, da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, a apresentação de amostra na fase de classificação das propostas, as regras constarão em **anexo próprio**, relacionado na “folha de apresentação” do edital, com o título “**CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE AMOSTRAS**”.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

8.2.3 - A proposta comercial e seus eventuais anexos, bem como os documentos de habilitação, deverão ser remetidos exclusivamente por meio eletrônico, pelo sistema adotado para a realização do Pregão.

8.2.4 - A não anexação ao sistema da proposta comercial ou dos documentos de habilitação acarretará a desclassificação da proposta ou a inabilitação da licitante, conforme o caso, sujeitando-se esta às sanções legais e editalícias cabíveis.

8.3 - Será **DESCLASSIFICADA** a proposta comercial que estiver em desacordo com as exigências constantes neste edital e em seus anexos.

8.4 - Será considerada inexecutável a proposta que apresentar preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie expressamente à parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5 - O(a) PREGOEIRO(A) poderá consultar o setor demandante antes de decidir sobre a exequibilidade da proposta.

8.6 - Na análise da proposta comercial, poderá o(a) PREGOEIRO(A) desconsiderar erros materiais e evidentes falhas formais sanáveis que não afetem o seu conteúdo.

8.7 - A desclassificação de propostas comerciais será sempre fundamentada e registrada no sistema, com possibilidade de acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8 - Nos itens não exclusivos a ME e EPP, sempre que uma proposta não for aceita e antes de o(a) PREGOEIRO(A) passar à proposta subsequente, **deverá ser feita nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto previsto** nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida neste edital, se for o caso.



8.9 - Será verificada a condição de habilitação da licitante detentora do menor preço aceito pelo(a) PREGOEIRO(A), observadas as disposições contidas no item 9 deste edital.

8.10 - Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital e em seus anexos para a habilitação, será a licitante **declarada vencedora do certame** para o item/grupo de itens.

8.11 - **Se a oferta da primeira classificada não for aceitável ou se a licitante for inabilitada**, o(a) PREGOEIRO(A) examinará as ofertas subsequentes, bem como o atendimento às condições de habilitação, na ordem de classificação, até a apuração de uma oferta em conformidade com o edital, observado o disposto em seu subitem 8.8.

8.12 - Aplicar-se-á o disposto no subitem 8.11 deste edital também no caso de a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato ou não aceitar a nota de empenho, conforme o caso.

8.13 - Nas situações previstas nos subitens 8.11 e 8.12 deste edital, deverá o(a) PREGOEIRO(A), ainda, negociar com a proponente para que seja obtido preço melhor para a CMBH.

9 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - As licitantes deverão, nos termos do subitem 5.1, anexar ao sistema os documentos de habilitação a seguir relacionados.

9.1.1 - DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA: prova de constituição social atualizada, que consistirá em um dos seguintes documentos:

a) empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- b) microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no *site* www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) sociedade por ações: ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado no órgão pertinente, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;
- f) cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei Federal nº 5.764/1971;
- g) empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- h) exercício de atividade que dependa de registro ou autorização: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando solicitado por este edital em anexo próprio.

9.1.1.1 - Os documentos de constituição social deverão explicitar o **objeto social**, que deverá ser compatível com o objeto licitado, a **sede da empresa** e os **responsáveis por sua administração** que tenham poderes para assinar os documentos pela empresa, além de estarem acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



9.1.1.2 - O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.

9.1.2 - DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) comprovante de inscrição e de situação cadastral do **CNPJ**;
- b) prova de regularidade para com a **Fazenda Federal e a Seguridade Social**, mediante apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) comprovante de regularidade para com a **Fazenda Pública Estadual** do domicílio ou da sede da licitante, por meio de certidão emitida pelo órgão estadual competente;
- d) comprovante de regularidade para com a **Fazenda Pública Municipal** do domicílio ou da sede da licitante, por meio de certidão emitida pelo órgão municipal competente;
- e) comprovante de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

9.1.2.1 - Para o atendimento do disposto nas letras "b", "c" e "d" do subitem 9.1.2 deste edital, **não serão aceitas** pelo(a) PREGOEIRO(A) documentos que comprovem a regularidade fiscal de apenas **parte dos tributos** de competência de cada ente federado.

9.1.2.2 - Para o atendimento das exigências relativas à regularidade fiscal e trabalhista, serão aceitas pelo(a) PREGOEIRO(A), quando for o caso, certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

9.1.3 - Documentos relativos à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica, **QUANDO EXIGIDOS**, constarão em **anexos**, relacionados na “folha de apresentação” do edital, com o título principal **“OUTROS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO.”**

9.1.3.1 - É responsabilidade da licitante conferir, na “folha de apresentação” do edital, **se foram relacionados um ou mais anexos** cujo título principal seja **“OUTROS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO”**, para que sejam consultados os documentos a serem apresentados nos mesmos termos que os demais relacionados neste item 9.

9.2 - CADASTROS NO SUCAF E NO SICAF:

9.2.1 - A verificação do atendimento aos requisitos de habilitação referidos no subitem 9.1.2 (regularidade fiscal e trabalhista) será realizada pelo(a) PREGOEIRO(A) mediante consulta ao **SUCAF** (Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte) e ao **SICAF** (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal), independentemente de apresentação pela licitante de Certificado de Registro Cadastral (CRC).

9.2.1.1 - Também poderão ser consultados pelo(a) PREGOEIRO(A) os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando a licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SUCAF ou ao SICAF.

9.2.1.2 - Aplica-se o disposto no subitem 9.2.1 aos requisitos de habilitação relativos à qualificação econômico-financeira, nos termos do subitem 9.1.3, desde que as exigências sejam aferíveis por meio da declaração demonstrativa da situação da licitante, emitida pelo SUCAF ou SICAF.

9.2.1.3 - O(A) PREGOEIRO(A) deverá imprimir declaração demonstrativa da situação da licitante nos cadastros mencionados no subitem 9.2.1 e juntá-la aos autos.



9.2.2 - A licitante cadastrada no SUCAF ou no SICAF deverá complementar a documentação de habilitação, sob pena de INABILITAÇÃO, anexando ao sistema, na forma do subitem 8.1:

- a) os documentos que não constarem da declaração demonstrativa da situação da licitante no SUCAF ou no SICAF;
- b) o ato constitutivo, estatuto, contrato social ou documento equivalente, atualizado e registrado;
- c) novos documentos de habilitação em vigor, caso os documentos exigidos e relacionados na declaração demonstrativa da situação da licitante no SUCAF ou no SICAF já estiverem com os prazos de validade expirados;
- d) os documentos exigidos para **qualificação técnica**, quando esta for exigida, nos termos definidos no subitem 9.1.3 deste edital, e independentemente de constarem nos cadastros previstos no subitem 9.2.1.

9.2.3 - O cadastramento da licitante no SUCAF ou a partir do nível II do SICAF não é condição necessária para a sua habilitação neste certame. Para a licitante não cadastrada nos referidos sistemas para fins habilitatórios, não serão aplicadas as regras previstas nos subitens 9.2.1 a 9.2.2, devendo as licitantes, neste caso, anexarem ao sistema todos os documentos de habilitação exigidos neste edital e em seus anexos, observadas as demais regras neles previstas.

9.2.3.1 - Os documentos para cuja emissão pela internet dependam apenas do CNPJ da licitante serão consultados e impressos pelo(a) PREGOEIRO(A) para suprir eventual ausência de documentação, aplicando-se esta mesma regra para quaisquer documentos que possam ser impressos mediante consulta ao SICAF ou ao SUCAF.

9.3 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

110 BV P e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

9.3.1 - Na análise da habilitação, o(a) PREGOEIRO(A) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

9.3.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da licitante e também de seu **sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3.1.2 - Constatada a existência de sanção, o(a) PREGOEIRO(A) reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.3.1.3 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida neste edital para aceitação da proposta subsequente.

9.3.2 - Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados em meio digital pelas licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (*upload*), na forma e nas condições previstas no subitem 8.1 deste edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



9.3.3 - Somente mediante autorização do(a) PREGOEIRO(A) e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail cpl@cmbh.mg.gov.br.

9.3.3.1 - Os documentos enviados na forma do subitem 9.3.3 serão disponibilizados no *site* da CMBH para consulta das demais licitantes pelo prazo previsto para recurso.

9.3.4 - O(a) PREGOEIRO(A), quando julgar necessário, poderá determinar a apresentação do documento original ou cópia autenticada em até 3 (três) dias úteis, com vistas à confirmação da autenticidade.

9.3.4.1 - A apresentação referida no subitem anterior poderá ser realizada por meio de envio do documento à CMBH, caso em que será considerada, para fins de aferição de tempestividade, a data da postagem.

9.3.4.2 - O prazo acima poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, a pedido da licitante, com justificativa aceita pelo(a) PREGOEIRO(A), desde que apresentado requerimento no prazo inicialmente concedido, através do e-mail cpl@cmbh.mg.gov.br.

9.3.5 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e em seus anexos.

9.3.6 - Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, uma vez que a documentação necessária à habilitação, bem como qualquer outra documentação solicitada neste edital e em seus anexos, deverá guardar compatibilidade em relação ao CNPJ/CPF apresentado, **não sendo permitida a mescla de documentos.**

9.3.6.1 - Ressalvam-se do disposto neste subitem aqueles documentos legalmente permitidos e os tributos cuja certidão seja expedida exclusivamente no CNPJ e nome da matriz.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

9.3.7 - Todos os documentos previstos neste edital e em seus anexos deverão estar **válidos na data final estabelecida no edital para a sua anexação ao sistema (data de abertura da sessão pública)**. Documentos vencidos acarretarão a **INABILITAÇÃO** da licitante, observado, entretanto, o disposto no subitem 9.2 deste edital.

9.3.7.1 - Na hipótese em que os documentos de habilitação anexados concomitantemente com a proposta comercial inicial, na forma do subitem 8.1, estejam com a validade vencida quando da convocação pelo(a) PREGOEIRO(A) para o envio da proposta comercial final ajustada, será permitido à licitante encaminhar, juntamente com a referida proposta, documentação com data de validade atualizada.

9.3.8 - Os documentos que não possuem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias.

9.3.8.1 - Não se enquadram na exigência do subitem 9.3.8 deste edital aqueles documentos que, pela sua própria natureza, não se sujeitam a prazo de validade.

9.3.9 - Na apreciação dos documentos para habilitação, poderá o(a) PREGOEIRO(A) solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

9.3.10 - Para os documentos autenticáveis pela *internet*, procedida a consulta ao *site* respectivo, o(a) PREGOEIRO(A) ou a equipe de apoio certificarão a autenticidade do documento, mediante carimbo próprio e assinatura na via anexada pela licitante.

9.3.11 - Será **INABILITADA** a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou por apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital e em seus anexos.

9.3.11.1 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da **regularidade fiscal e trabalhista**, entregues por ME ou EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização, cujo termo inicial corresponderá ao



momento em que a ME ou a EPP for declarada vencedora do certame, assim considerado aquele posterior à fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério do(a) PREGOEIRO(A), nos termos legais.

9.3.12 - Da sessão pública do Pregão será divulgada ata no sistema eletrônico COMPRASNET e no *site* da CMBH.

10 REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

a) nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam;

b) quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão refeitos os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2 - Todas as licitantes serão convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico e de publicação no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte.

11 RECURSOS

11.1 - Declarada a vencedora do certame, o(a) PREGOEIRO(A) abrirá o prazo de 20 (vinte) minutos durante o qual qualquer licitante poderá, de forma motivada, em



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

campo próprio do sistema eletrônico, manifestar a sua intenção de recorrer, registrando a síntese de suas razões.

11.2 - A falta de manifestação motivada da licitante no prazo supracitado importará a decadência do direito de recurso, autorizando o(a) PREGOEIRO(A) a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

11.3 - Será concedido, à licitante que manifestar a intenção de interpor recurso, o prazo de 3 (três) dias úteis, iniciados no dia útil subsequente, para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem suas contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do dia seguinte ao término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.3.1 - Tanto as razões do recurso quanto as contrarrazões deverão ser registradas pelas licitantes no campo próprio do sistema eletrônico, nos prazos definidos no subitem supracitado.

11.4 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 - Inexistindo manifestação recursal, o(a) PREGOEIRO(A) adjudicará o objeto da licitação à(s) licitante(s) vencedora(s), cabendo ao(à) Presidente da CMBH homologar o procedimento licitatório.

12.2 - Existindo manifestação recursal e decididos os recursos porventura interpostos, competirá ao(à) Presidente da CMBH adjudicar o objeto da licitação à(s) licitante(s) vencedora(s) e homologar o procedimento licitatório.

13 CONTRATAÇÃO



13.1 - Nos casos em que a lei determinar a celebração de termo de contrato, sua minuta estará em anexo próprio do edital, indicado na “folha de apresentação”, e a licitante vencedora do certame será convocada pela CMBH para assinar o contrato respectivo, no prazo determinado pela Administração.

13.2 - Nos demais casos, a contratação poderá ser efetivada por meio de nota de empenho, observadas as regras elencadas em anexo próprio do edital.

14 REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

14.1 - As regras acerca do reajustamento dos preços contratados são aquelas estabelecidas no ANEXO “MINUTA DE CONTRATO”/“CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE NOTA DE EMPENHO” deste edital.

15 ENTREGA, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

15.1 - Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização da contratação são aqueles previstos no ANEXO “TERMO DE REFERÊNCIA” deste edital.

16 OBRIGAÇÕES DA CMBH E DA CONTRATADA

16.1 - As obrigações da CMBH e da CONTRATADA são aquelas estabelecidas no ANEXO “MINUTA DE CONTRATO”/“CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE NOTA DE EMPENHO” deste edital.

17 PAGAMENTO

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

17.1 - As condições de pagamento são aquelas previstas no ANEXO "MINUTA DE CONTRATO"/"CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE NOTA DE EMPENHO" deste edital.

18 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, a licitante/adjudicatária que:

- a) não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) não manter a proposta;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) comportar-se de modo inidôneo.

18.1.1 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre as licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.2 - A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) multa de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total estimado do(s) item(ns) prejudicado(s) pela conduta da licitante;
- b) impedimento de licitar e de contratar com o Município de Belo Horizonte e descredenciamento do SUCAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.



18.3 - A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 9.784/1999.

18.5 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.6 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no **ANEXO "MINUTA DE CONTRATO"/"CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE NOTA DE EMPENHO"** deste edital.

19 PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

19.1 - Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar este edital, por escrito, entregando o documento respectivo na Seção de Apoio a Licitações da CMBH, na Avenida dos Andradas, nº 3.100, sala A-121, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, Minas Gerais, no horário de 9:00 às 18:00 horas dos dias úteis, ou por meio eletrônico, através de formulário específico disponível no *site* da CMBH na *Internet*.

19.2 - Caberá ao(à) PREGOEIRO(A) responder aos pedidos de esclarecimentos e decidir sobre as impugnações no prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da abertura da sessão.

19.3 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da sessão de abertura do certame, caso necessário.

100 B BV e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

19.4 - As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) PREGOEIRO(A) nos autos do processo de licitação.

19.5 - As respostas às impugnações feitas e aos esclarecimentos solicitados serão prestadas pelo(a) PREGOEIRO(A), entranhadas nos autos do processo licitatório e disponibilizadas em campo próprio do sistema COMPRASNET e no *site* da CMBH, podendo ser consultadas ainda por qualquer interessado na Seção de Apoio a Licitações da CMBH, no endereço e horário indicados no subitem 19.1 deste edital.

19.6 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações aderem a este edital como se dele fizessem parte, vinculando a CMBH e as licitantes.

20 DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO CERTAME

20.1 - Este edital está disponível nos *sites* <https://www.comprasnet.gov.br> e <https://www.cmbh.mg.gov.br/transparencia/licitacoes>, bem como na Seção de Apoio a Licitações da CMBH, onde poderá ser obtida cópia, no horário de 9:00 às 18:00 horas dos dias úteis.

20.2 - As respostas e as decisões referentes a recursos serão disponibilizadas em campo próprio do sistema eletrônico, sendo também publicadas no *site* da CMBH.

20.3 - No Diário Oficial do Município de Belo Horizonte serão publicados o aviso de edital, a convocação para reabertura de sessão, as decisões sobre recurso, a adjudicação e a homologação da licitação.

20.4 - Aqueles que tiverem interesse em participar do certame deverão, durante todo o processo, acompanhar as publicações referentes ao mesmo nos locais citados nos



subitens 20.1 a 20.3, com vistas a possíveis alterações e avisos, não se responsabilizando a CMBH em promover qualquer comunicação por meios diversos desses.

20.5 - Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido, quando necessário, será reaberto para observância do prazo mínimo previsto no inciso V do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico às licitantes.

21 DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - É facultada ao(à) PREGOEIRO(A), em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou de informação que deveriam constar no ato da sessão pública.

21.1.1 - No julgamento das propostas e da habilitação o(a) PREGOEIRO(A) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.1.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.2 - Fica assegurado à CMBH o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência às participantes e sendo devidamente justificada e processada na forma da legislação vigente.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

21.3 - As proponentes são as únicas responsáveis por todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CMBH não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4 - As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade de informações, declarações e documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

21.4.1 - A licitante que apresentar informações, declarações ou documentos falsos responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

21.5 - A CMBH não se responsabilizará por documentos enviados via postal ou por outra forma e que, por isso, não chegarem até à CMBH para atendimento ao disposto neste edital e em seus anexos.

21.6 - As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

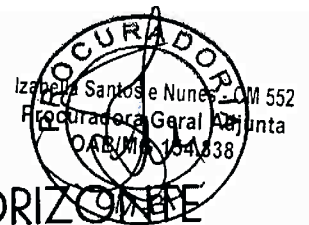
21.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e em seus anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CMBH.

21.8 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/1993.

21.9 - Os documentos que comporão o processo físico serão rubricados pelo(a) PREGOEIRO(A) ou pela equipe de apoio, mediante carimbo próprio, certificando que se trata de documento anexado ao sistema COMPRASNET pela licitante ou impresso diretamente pelo (a) PREGOEIRO(A), nos termos do edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



21.10 - O processo relativo a esta licitação permanecerá com vista franqueada aos interessados na Seção de Apoio a Licitações da CMBH, na Avenida dos Andradas, nº 3.100, sala A-121, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, Minas Gerais, telefone (31) 3555-1249, no horário de 9:00 às 18:00 horas dos dias úteis.

21.11 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.12 - O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o de Belo Horizonte - Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais especial que seja.



Elenice Maria Pereira - CM 403
Pregoeira



Emanuela Pilo da Barros Torres
CM - 551
Pregoeira


Priscila Caroline C. S. Rodrigues
CM - 621
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação


Bruno Valcindo P. Urban - CM 503
Pregoeiro


Fabiana Miranda Prestes
CM - 582
Pregoeira


Carolina Maria da Silva Azevedo - CM 587
Pregoeira


Tiago Costa Oliveira - CM 664
Pregoeiro


Karina Costa Fróes - CM 472
Pregoeira


Alessandra Uarnasceno de Vasconcelos
CM: 410
Pregoeira



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA -

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2021

Advertências Preliminares

Este anexo define, minuciosamente, o objeto do certame epigrafado, detalha o bem ou serviço a ser fornecido-prestado e as condições específicas que a(s) vencedora(as) deverá(ão) observar na execução contratual.

Faz parte integrante deste anexo e dele é indissociável a cópia integral do pedido e do termo de referência que ensejou a presente licitação, cujo original compõe o processo respectivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BENS

Nº TR	Nº Protocolo Geral (Preenchimento pela SECONT)

1 - ÁREA DEMANDANTE/SIGLA

DIVTEC – Divisão de Tecnologia da Informação e Inovação

2 - TIPO

Contratação tradicional para o objeto descrito a seguir:

3 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de **ativos de rede (switches de acesso, switches core, transceivers e cabos DAC)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE Nº	ITEM Nº	BEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	1	Switch de acesso PoE – 24 portas 10/100/1000BASE-T, 4 portas SFP+ 1/10GbE	Unidade	10 (dez)
1	2	Switch de acesso – 48 portas 10/100/1000BASE-T, 4 portas SFP+ 1/10GbE	Unidade	11 (onze)
1	3	Switch core – 24 portas SFP+ 1/10GbE, 4 portas SFP+ 1/10G	Unidade	2 (duas)
1	4	Transceiver 10G SFP+ LC SR	Unidade	40 (quarenta)
1	5	Transceiver 1G SFP LC SX	Unidade	12 (doze)
1	6	Cabo DAC 10G SFP+/SFP+ 1m	Unidade	16 (dezesesseis)
1	7	Cabo DAC 10G SFP+/SFP+ 3m	Unidade	5 (cinco)

4 - JUSTIFICATIVA

Contextualização:

As atividades realizadas na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) revelam uma grande dependência de recursos tecnológicos. Esses recursos são capazes de automatizar processos, incluindo o processo legislativo, consequentemente promovendo maior agilidade no atendimento aos interesses da sociedade belo-horizontina. Parte desses recursos é composta pela infraestrutura física de rede de acesso e distribuição. Essa infraestrutura é formada por switches instalados em racks que são conectados através de transceivers para comunicação de dados. Os switches têm a finalidade de permitir o acesso à rede de computadores desta Câmara Municipal compondo a estrutura física que permite o acesso aos sistemas de informação e redes externas, como por exemplo, a Internet. Boa parte dos equipamentos utilizados na atual infraestrutura estão obsoletos e/ou entrando em estado de obsolescência, não se podendo garantir que atenderão as



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BENS

demandas atuais e futuras sem intercorrências e limitações para atender as necessidades dos sistemas existentes e a quantidade de usuários da Instituição, sendo preciso ampliar a sua capacidade, tendo em vista a perspectiva de crescimento de demandas tecnológicas da Instituição. A Câmara Municipal de Belo Horizonte possui crescente demanda por conectividade de rede, o que ocorre devido:

- a) Ao aumento de novos serviços de Tecnologia da Informação prestados pela Câmara (aquisição de solução de gestão de RH, produção de solução de trâmites digitais de documentos, produção de solução de apresentação eletrônica de proposições, etc;
- b) À expansão e atualização da infraestrutura de rede sem fio;
- c) À expansão do parque de microcomputadores;
- d) À necessidade de adequar novas soluções de tecnologia da informação previamente adquiridas e comportar novas soluções de tecnologia da informação a serem adquiridas;
- e) Ao aumento no número de usuários e prestação de serviços a estes que deve ocorrer de maneira rápida e eficaz.

Essas crescentes demandas e cada vez maior dependência dos recursos de tecnologia da informação fazem com que a infraestrutura de rede de acesso e distribuição deva ter cada vez maior confiabilidade, resiliência, disponibilidade, segurança, capacidade de resolução de problemas de maneira proativa e rápida e melhor experiência para todos os usuários da rede da Câmara Municipal de Belo Horizonte. A aquisição de novos ativos de rede tem como objetivo alcançar todos estes princípios citados, assim como, atender as necessidades e demandas que não puderam ser atendidas por falta de recursos de rede.

Cenário atual:

Outro determinante para a aquisição destes equipamentos é a ampliação mínima da infraestrutura de rede existente na Câmara Municipal de Belo Horizonte, tanto em capacidade quanto em qualidade, tornando a aquisição necessária para assegurar uma maior estabilidade da rede e dos sistemas por ela suportados e garantir o funcionamento ininterrupto do ambiente. Os switches, transceivers e cabos também se fazem necessários para criar redundância nos ativos de rede da atual infraestrutura, permitindo que, mesmo quando existirem pontos de falha, os sistemas e a rede não sejam fortemente impactados. Desta forma, estaremos também evoluindo a tecnologia, aprimorando a sua disponibilidade e qualidade dos serviços ofertados aos usuários.

Importante informar que os equipamentos existentes no parque, os quais pretendemos substituir, foram adquiridos nos anos de 2003 e 2010. Os mesmos apresentam condições de funcionamento em que o risco de falhas é muito maior do que de um equipamento mais novo. Tratam-se de equipamentos eletrônicos que, assim como outros, sofrem desgaste natural ao longo do tempo. Ademais, estão em uso contínuo, pois o seu desligamento implica em anular os serviços de tecnologia disponíveis. Existem alguns desses equipamentos que estão com portas inutilizadas, limitando a quantidade de equipamentos que podem ser conectados por meio deles. Há também equipamentos que não oferecem características de transmissão compatíveis com os equipamentos usados pelos usuários (10/100 vs. 10/100/1000), limitando a qualidade da conexão, e conseqüentemente do trabalho realizado. Outros apresentam problemas em suas memória flash, perdendo configuração toda vez que são inicializados por falta de energia ou similar, causando paralisação em parte dos equipamentos da CMBH. Estes equipamentos em específico não possuem garantia, e estão descontinuados, não permitindo atualização de firmware, e sem



TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BENS

possibilidade de reposição de peças. Isto também impacta na compatibilidade com outros equipamentos, já que novos protocolos e características tecnológicas dos equipamentos interconectados não serão atendidas pelos antigos. Logo, por todo o exposto, para os problemas existentes não há solução viável, sendo tecnicamente recomendada a substituição.

Especificações técnicas:

Quanto às especificações técnicas elencadas, estas foram construídas com fundamento no cenário já demonstrado. Os requisitos de desempenho estão coerentes com o desejado pela CMBH, de maneira a permitir o pleno funcionamento da rede, e dos serviços que a usam. As especificações também guardam compatibilidade essencial com os ativos que serão mantidos, e com os demais dispositivos que irão se conectar a eles. Cabe ressaltar que todos os requisitos foram elaborados observando características e padrões de desempenho comuns, que são bem definidos no contexto de TI, e contemplam soluções de mercado existentes. Por serem várias características técnicas, conhecidas na literatura e no mercado, justificar detalhadamente cada uma seria um contrassenso, tornando o termo de referência prolixo e pouco objetivo, prejudicando também a eficiência. Dessa forma, justifica-se apenas as características mais relevantes e importantes.

Para a quantidade de portas dos switches, procurou-se guardar equivalência com o cenário atual, em termos de quantidade de dispositivos conectados. Em quantitativos esse aspecto poderá ser melhor entendido. Exigimos minimamente a conexão 10/100/1000, compatível com os dispositivos conectados, e que oferece qualidade de conexão razoável para a correta comunicação intra rede. Tais características refletem os valores das capacidades mínimas de comutação e troca de pacotes. As características físicas de dimensões foram estabelecidas de forma a manter compatibilidade com o padrão de mercado (1U, 19”), e também com a profundidade e limites dos racks existentes na CMBH. Os tipos de portas, SFP e SFP+, guardam compatibilidade com a infraestrutura de fibra óptica atual, e também com o planejamento de expansão e atualização que será realizado, além de adotar padrões de mercado e recomendações de todos os fabricantes. Os protocolos solicitados e características de camada 2 e 3 estão relacionados às funcionalidades que a CMBH implementa atualmente, com o número de dispositivos conectados, e serviços ofertados (e.g., LACP, WI-FI, roteamento, tabela MAC, VLANs por zonas e gabinetes). Por fim, os requisitos de segurança, qualidade de serviço (QoS) e gerenciamento são indispensáveis para que a rede seja mantida segura (sem invasões ou negação de serviço), com qualidade (transmissão de dados de maneira adequada e organizada), e gerenciada (a equipe precisa acompanhar e acessar os equipamentos constantemente para garantir seu funcionamento adequado).

Para os transceivers e cabos, as características são mais enxutas, no sentido de que eles devem apenas guardar compatibilidade com o equipamento em que serão usados, bem como com a infraestrutura de fibra óptica existente atualmente.

Quantitativos:

As quantidades foram especificadas após avaliação do cenário atual da CMBH, que se mostrou saturado, e com possibilidade de falhas recorrentes. Cabe lembrar que a maioria dos equipamentos tem mais de 10 (dez) anos de uso, o que é muito em relação à evolução tecnológica ocorrida nesse período. Especificou-se essas quantidades com base na melhor disposição de switches por rack da CMBH, otimizando espaço físico e consumo de energia.



TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BENS

Sobre os equipamentos obsoletos, são 19 switches de acesso de 24 portas, 6 switches de acesso PoE de 24 portas, e 1 switch core. Em linhas gerais, para a troca dos 19 switches de acesso, empregaremos 9 switches de 48 portas, além de 2 unidades para redundância por segurança do ambiente, e expansão futura (vide justificativa ao final). Para os 6 switches de acesso, o mesmo número será usado para substituição, e mais dois para implementar a funcionalidade PoE em dois racks que não possuem este tipo de switch. Para switch core, será substituído em igual número, além de mais uma unidade, para implementação de redundância.

Atualmente a CMBH possui 7 racks no prédio principal (excluindo o datacenter) e 1 rack no prédio Anexo. Foi verificado que o modelo ideal de configuração por rack seria comportar, no máximo o empilhamento de 4 switches de 48 portas mais 1 switch 24 portas PoE em anel, conectados por cabos DAC, com dois uplinks por rack, cada um conectado a um switch core, portanto 4 transceivers SFP+ por rack. No prédio anexo, essa configuração é reduzida para 1 switch 48 portas e 1 switch 24 portas PoE, mantendo a mesma configuração de uplinks, portanto 4 transceivers SFP+. No rack que se encontra no datacenter, 2 switches de 24 portas em anel com 2 uplinks são necessários. Dois switches core empilhados com cabos DAC são necessários para conectar todos os racks da CMBH de forma redundante e resiliente, portanto essa é a quantidade mínima para prover redundância, pois se um switch core falhar, todos os racks continuariam conectados ao datacenter da CMBH. Ao final dessa análise, constata-se que serão necessários 40 transceivers 10G; 16 cabos DAC 10G 1m e 3 cabos DAC 10G 3m.

Os transceivers SFP serão utilizados para conectar os racks aos switches core que serão adquiridos durante o período de transição até que ocorra a modernização de fibras ópticas na CMBH. Após este período, estes transceivers serão empregados em outros ambientes de conectividade presentes na CMBH. Serão necessários 12 transceivers 1G.

São necessários quantitativos para expansão para o atendimento de demandas futuras, como por exemplo a adição de um novo rack no prédio principal, adição de novos pontos de acesso wifi e crescimento do parque de microcomputadores nos próximos anos. Além disso, o equipamento estará disponível para atendimentos temporários não previstos no planejamento tecnológico do setor, como já aconteceu em demandas passadas (mudanças de local de setores como a ESCLEG e PROLEG; acomodação de mais usuários em um só setor, como na DIVPES), e também para o atendimento de eventos que demandem a alocação de computadores em espaço sem cobertura total de redes.

5 - CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E AGRUPAMENTO OU NÃO DE ITENS

Os bens são classificados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado.

Sobre o agrupamento ou não de itens: a aquisição será por LOTE.

Justificativa: A licitação em lote é um mecanismo bastante correto, dentro do escopo da legislação aplicável, na medida em que torna mais vantajoso para as empresas disputarem o certame, evitando vitórias minimizadas que redundam em desinteresse no cumprimento posterior e em disputas supervenientes.

Nesse sentido, o lote construído para switches, cabos e transceivers serve efetivamente para atrair interessados e, com isso, ampliar a obtenção efetiva de contratados em melhores condições de



TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BENS

satisfação da necessidade pública, especialmente por conta da redução do preço decorrente do ganho de escala. Essa característica é comum em contratações de equipamentos de TI, pois uma vez que podem procurar melhores condições de ofertas junto ao fabricante, quando a quantidade de equipamentos é mais relevante e integrada. Assim, a organização do lote respeitou a lógica de mercado, exatamente com o objetivo de garantir o cumprimento daquilo que antes se ressaltou aqui como justificativa para o abraçamento de tal mecanismo.

Além disso, Os switches, transceivers e cabos possuem íntima relação técnica entre si e que historicamente são ofertados em seu conjunto pelo mercado. É necessário guardar compatibilidade, como descrito nas especificações técnicas. Essa compatibilidade poderá ser garantida pelo agrupamento em lotes, evitando por exemplo que um licitante forneça switches de uma marca, e outro licitante, forneça de outra, não mantendo compatibilidade para a solução, e anulando o certame por consequência. As proponentes, conhecedoras do nicho de mercado, e observando um instrumento licitatório sem um conjunto que agregue switches, cabos e transceivers não relacionados entre si, iria se afastar do processo por não ser viável. Outra possibilidade negativa caso não seja feita a contratação em lote único, seria a imposição aos participantes de obter aquilo que não fornecem habitualmente, com o objetivo principal de guardar compatibilidade entre os equipamentos para uma solução única, com inevitável aumento do custo final para a CMBH.

Por certo que essa composição não se preocupou com a realidade de tal ou qual empresa específica, mas com a lógica do mercado e com o conjunto daqueles que se dedicam à prestação desse tipo de serviço. A composição do lote na forma indicada neste Termo de Referência guarda íntima relação com a oferta do conjunto de serviços em ambiente de competição e franqueamento da disputa, razão pela qual se torna extremamente vantajosa para a CMBH.

6 - ESPECIFICAÇÃO COMPLETA DO OBJETO (contemplar também as condições gerais de execução e de aceitação do objeto)

6.1. REQUISITOS E INFORMAÇÕES GERAIS

- 6.1.1. Todos os equipamentos e componentes ofertados devem ser novos, sem uso anterior, não remanufaturados ou recondicionados e estar na linha de produção atual do fabricante. Os equipamentos propostos devem ser da linha mais atual comercializada pelo fabricante, não sendo admitido equipamento descontinuado ou fora de linha de produção até a data da realização do certame.
- 6.1.2. Deve ser possível realizar o empilhamento único utilizando simultaneamente switches de acesso descritos nos itens 1 e 2 em uma única pilha com pelo menos 4 equipamentos.
- 6.1.3. Todos os switches core (item 3) ofertados devem possuir a capacidade de serem empilhados entre si. Este empilhamento deve permitir não somente a gerência unificada dos switches, como também a configuração de topologia em anel, permitindo alta disponibilidade (caso um switch do anel falhar, a rede no outro switch do anel permanece em funcionamento).
- 6.1.4. Serão aceitas tecnologias que se comparam e possuem funcionalidade semelhante à de empilhamento, como Virtual Link Trunking (VLT), desde que atendidas as exigências técnicas de gerência única e configuração de alta disponibilidade. Doravante, o termo empilhamento será utilizado de forma genérica, para facilitar a descrição dos requisitos.
- 6.1.5. Todos os softwares embarcados nos switches devem ser ofertados em sua última versão mais completa, estável e homologada para o funcionamento em ambiente de produção na data de entrega da solução e que suporte todas as funcionalidades disponíveis para os switches ofertados.
- 6.1.6. Os equipamentos e softwares embarcados ofertados deverão ser fornecidos com todos os licenciamentos necessários para o completo atendimento dos requisitos deste Termo de Referência.
- 6.1.7. A LICITANTE deve prever estes custos em sua proposta para o período de contratação especificado. Todas as licenças de uso dos softwares embarcados ou hardwares devem ser perpétuas (os equipamentos devem manter-se em funcionamento com todas as



TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BENS

- funcionalidades, sem perda de recursos, após o término do contrato).
- 6.1.8. Os switches de acesso ofertados devem ter compatibilidade com o software IMC - Intelligent Management Center, já adquirido e utilizado na Seção de Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal de Belo Horizonte permitindo que esta ferramenta os gerencie e execute as seguintes tarefas:
- Visualizar a topologia de rede, identificando as portas de uplink;
 - Adicionar os switches individualmente e através de "Auto Discovery" (adiciona um range de switches);
 - Visualizar em tempo real a porta de acesso onde um equipamento está conectado;
 - Exibir alertas de monitoramento.
 - Realizar backup de configuração dos switches de forma manual e agendada;
 - Atualizar firmware manualmente ou de forma agendada;
 - Permitir a configuração de um ou mais switches concorrentemente.
- 6.1.8.1. Caso os switches de acesso ofertados não sejam compatíveis com as funcionalidades descritas no item 6.1.8, usando o software IMC, a CONTRATADA deverá fornecer software e licenciamento para todos os equipamentos fornecidos com o objetivo de executar estas tarefas.
- 6.1.9. Deverão ser fornecidos todos os cabos, equipamentos, acessórios necessários à instalação, configuração e operação completa dos switches, sejam cabos de conectividade, elétricos ou de organização. Todos os cabos deverão ser compatíveis com as interfaces utilizadas, em acordo com a especificação dos hardwares neste termo de referência. Caso os equipamentos ofertados precisem, essencialmente, de cabos ou conexões não especificadas neste termo de referência, estes deverão ser fornecidos pela CONTRATADA com, pelo menos, uma unidade de reserva.
- 6.1.10. A quantidade de cabos de console a serem fornecidos deverá ser de 20% do total de equipamentos a serem adquiridos (arredondado para cima), considerando que a quantidade mínima dos cabos console não deverá ser inferior à 2 (dois) cabos para cada tipo de interface console. Esse quantitativo deve ser calculado para cada modelo de interface levando em consideração os itens 1 a 3 deste edital. Para console no padrão RJ-45 deverão ser fornecidos cabos RJ-45 para USB. Caso o equipamento não seja compatível com o tipo de cabo, deverá ser fornecido o cabo RJ-45 para DB9 junto do adaptador DB9 para USB para cada unidade de cabo console RJ-45.
- 6.1.11. A instalação dos equipamentos será de responsabilidade da CMBH, devendo a CONTRATADA realizar repasse de conhecimento para esta atividade.
- 6.1.12. Todos os switches deverão ter conformidade com a diretiva de restrição de substâncias perigosas (Restriction of Hazardous Substances) RoHS.
- 6.2. REQUISITOS DO SWITCH DE ACESSO PoE - 24 PORTAS 10/100/1000BASE-T, 4 PORTAS SFP+ 1/10GbE**
- 6.2.1. Características físicas e conexões**
- 6.2.1.1. Deve possuir altura de 1U (uma unidade de rack), profundidade máxima de 40cm e dimensões apropriadas para montagem em rack de 19".
- 6.2.1.2. Deve possuir 24 (vinte e quatro) interfaces de rede físicas do tipo RJ-45, padrão 10/100/1000BASE-T, todas capazes de operar com PoE.
- 6.2.1.3. Deve possuir 4 (quatro) portas SFP+ 1/10GbE independentes (o uso de qualquer uma dessas portas não pode anular a utilização de qualquer uma das portas descritas no item anterior).
- 6.2.1.4. Deve permitir o empilhamento através das portas SFP+ nativas do switch descritas no item anterior.
- 6.2.1.5. Deve possuir interfaces de console nos padrões USB e/ou RJ-45. Os cabamentos devem ser fornecidos para cada padrão de interface conforme descrito em 6.1.9 e 6.1.10.
- 6.2.1.6. Deve permitir o empilhamento utilizando transceivers 1G SFP LC SX; transceivers 10G SFP+ LC SR; e cabo DAC 10G SFP+ para SFP+.



TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BENS

6.2.2. Características de desempenho, padrões e protocolos.

- 6.2.2.1. Deve possuir capacidade de comutação (switching) de, no mínimo, 128 Gbps (full duplex).
- 6.2.2.2. Deve possuir capacidade de encaminhamento (throughput) de, no mínimo, 95 Mpps.
- 6.2.2.3. Deve implementar IEEE 802.3az.
- 6.2.2.4. Deve implementar IEEE 802.3at.
- 6.2.2.5. As interfaces deverão suportar Link Aggregation (LACP).
- 6.2.2.6. Deve suportar tabela com pelo menos 16.000 endereços MAC.

6.2.3. Fonte de alimentação

- 6.2.3.1. Deverá possuir uma fonte de alimentação interna.
- 6.2.3.2. A fonte deverá suportar tensão na faixa de 100 a 240 VAC em 60Hz, com chaveamento automático de tensão.
- 6.2.3.3. O equipamento deve vir acompanhado de cabo de força compatível com o padrão NBR 14136, de comprimento mínimo de 1,5m.

6.2.4. Funcionalidades de Camada 2

- 6.2.4.1. Deve implementar link aggregation (IEEE 802.3ad) com suporte a 8 portas por grupo.
- 6.2.4.2. Deve implementar no mínimo 500 VLAN Ids, contemplando VLANs Ids de número 1 a 200, pelo menos.
- 6.2.4.3. Deve implementar MVRP ou GVRP.
- 6.2.4.4. Deve implementar LLDP (IEEE 802.1ab).
- 6.2.4.5. Deve implementar LLDP-MED.
- 6.2.4.6. Deve ser compatível com PVST+ ou RPVST+.
- 6.2.4.7. Deve implementar Multiple Spanning Tree (IEEE 802.1s).

6.2.5. Funcionalidades de Camada 3

- 6.2.5.1. Deve implementar roteamento estático IPv4 e IPv6.
- 6.2.5.2. Deve implementar RIP v1 e v2.

6.2.6. QoS

- 6.2.6.1. Deve implementar 802.1p.
- 6.2.6.2. Deve implementar priorização com base em portas TCP/UDP.

6.2.7. Segurança

- 6.2.7.1. Deve implementar autenticação 802.1X.
- 6.2.7.2. Deve implementar listas de controle de Acesso (ACL).
- 6.2.7.3. Deve permitir autenticação em servidores RADIUS e TACACS+.
- 6.2.7.4. Deve implementar accounting RADIUS.
- 6.2.7.5. Deve implementar proteção contra ataques de ARP.

6.2.8. Gerenciamento

- 6.2.8.1. Deve possuir interfaces CLI para configuração.
- 6.2.8.2. Deve possuir interface web para configuração.
- 6.2.8.3. Deve implementar SSHv1 e/ou SSHv2.
- 6.2.8.4. Deve implementar SNMP v1,v2 (ou v2c) e v3.

6.3. REQUISITOS DO SWITCH DE ACESSO - 48 PORTAS 10/100/1000BASE-T, 4 PORTAS SFP+ 1/10GbE

6.3.1. Características Físicas e conexões

- 6.3.1.1. Deve possuir altura de 1U (uma unidade de rack), profundidade máxima de 40cm e dimensões apropriadas para montagem em rack de 19".
- 6.3.1.2. Deve possuir 48 (quarenta e oito) interfaces de rede físicas do tipo RJ-45, padrão 10/100/1000BASE-T.
- 6.3.1.3. Deve possuir 4 (quatro) portas SFP+ 1/10GbE independentes (o uso de qualquer uma



TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BENS

dessas portas não pode anular a utilização de qualquer uma das portas descritas no item anterior).

6.3.1.4. Deve possuir interfaces de console nos padrões USB e/ou rj45. Os cabamentos devem ser fornecidos para cada padrão de interface conforme descrito em 6.1.10.

6.3.1.5. Deve permitir o empilhamento através das portas SFP+ nativas do switch descritas no item anterior.

6.3.1.6. Deve permitir o empilhamento utilizando transceivers 1G SFP LC SX , 10G SFP+ LC SR e cabo DAC 10G SFP+ para SFP+.

6.3.2. Características de desempenho, padrões e protocolos

6.3.2.1. Deve possuir capacidade de comutação (switching) de, no mínimo, 170 Gbps.

6.3.2.2. Deve possuir capacidade de encaminhamento (throughput) de, no mínimo, 110 Mpps.

6.3.2.3. Deve implementar IEEE 802.3az.

6.3.2.4. As interfaces deverão suportar Link Aggregation (LACP).

6.3.2.5. Deve suportar tabela com pelo menos 16.000 endereços MAC.

6.3.3. Fonte de alimentação

6.3.3.1. Deverá possuir uma fonte de alimentação interna.

6.3.3.2. A fonte deverá suportar tensão na faixa de 100 a 240 VAC em 60Hz, com chaveamento automático de tensão.

6.3.3.3. O equipamento deve vir acompanhado de cabo de força compatível com o padrão NBR 14136, de comprimento mínimo de 1,5m.

6.3.4. Funcionalidades de Camada 2

6.3.4.1. Deve implementar link aggregation (IEEE 802.3ad) com suporte a 8 portas por grupo.

6.3.4.2. Deve implementar no mínimo 500 VLAN Ids, contemplando VLANs Ids de número 1 a 200, pelo menos.

6.3.4.3. Deve implementar MVRP ou GVRP.

6.3.4.4. Deve implementar LLDP (IEEE 802.1ab).

6.3.4.5. Deve implementar LLDP-MED.

6.3.4.6. Deve ser compatível com PVST+ e/ou RPVST+.

6.3.4.7. Deve implementar Multiple Spanning Tree (IEEE 802.1s).

6.3.5. Funcionalidades de Camada 3

6.3.5.1. Deve implementar roteamento estático IPv4 e IPv6.

6.3.5.2. Deve implementar RIP v1 e v2.

6.3.6. QoS

6.3.6.1. Deve implementar 802.1p.

6.3.6.2. Deve implementar priorização com base em portas TCP/UDP.

6.3.7. Segurança

6.3.7.1. Deve implementar autenticação 802.1X.

6.3.7.2. Deve implementar listas de controle de Acesso (ACL).

6.3.7.3. Deve permitir autenticação em servidores RADIUS e TACACS+.

6.3.7.4. Deve implementar accounting RADIUS.

6.3.7.5. Deve implementar proteção contra ataques de ARP.

6.3.8. Gerenciamento

6.3.8.1. Deve possuir interfaces CLI para configuração.

6.3.8.2. Deve possuir interface Web para configuração.

6.3.8.3. Deve implementar SSHv1 e/ou SSHv2.

6.3.8.4. Deve implementar SNMP v1,v2 (ou v2c) e v3.



TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BENS

6.4. REQUISITOS DOS SWITCH CORE - 24 PORTAS SFP+ 1/10G, 4 PORTAS UP-LINK SFP+ 1/10G

6.4.1. Características Físicas e conexões

- 6.4.1.1. Deve possuir altura de 1U (uma unidade de rack), profundidade máxima de 55cm e dimensões apropriadas para montagem em rack de 19".
- 6.4.1.2. Deve possuir 24 (vinte e quatro) interfaces de rede físicas do tipo SFP+ 1/10 GbE.
- 6.4.1.3. Deve possuir como requisito mínimo para uplink/empilhamento, outras 4 (quatro) portas SFP+ 1/10GbE independentes da anterior, ou configuração superior, (o uso de qualquer uma dessas portas não pode anular a utilização de qualquer uma das portas descritas no item anterior).
- 6.4.1.4. Deve possuir interfaces de console nos padrões USB ou rj45. Os cabeamentos devem ser fornecidos para cada padrão de interface.
- 6.4.1.5. Deve permitir o empilhamento através das portas descritas de uplink sem necessidade de módulos adicionais além do próprio cabeamento para este fim.
- 6.4.1.6. Deve permitir no mínimo o empilhamento utilizando transceivers 10G SFP+ LC SR, cabo DAC 10G SFP+ para SFP+, ou cabos compatíveis com a interface superior, se for o caso.

6.4.2. Características de desempenho, padrões e protocolos

- 6.4.2.1. Deve possuir capacidade de comutação (switching) de, no mínimo, 850 Gbps.
- 6.4.2.2. Deve possuir capacidade de encaminhamento (throughput) de, no mínimo, 650 Mpps.
- 6.4.2.3. Deve possuir latência máxima de 4 μ s, considerando pacotes de 64 bytes.
- 6.4.2.4. As interfaces deverão suportar Link Aggregation (LACP), com suporte a no mínimo 64 grupos (LAG).
- 6.4.2.5. As interfaces deverão suportar Jumbo Frames.
- 6.4.2.6. Deve suportar tabela com pelo menos 20.000 endereços MAC.

6.4.3. Fontes de alimentação

- 6.4.3.1. Deverá possuir duas fontes de alimentação.
- 6.4.3.2. Deverão suportar tensão na faixa de 100 a 240 VAC em 60Hz, com chaveamento automático de tensão.
- 6.4.3.3. Deverão ser do tipo hot-swap (caso uma das fontes pare de funcionar, a sua retirada para substituição não interfere no funcionamento do equipamento em produção).
- 6.4.3.4. O equipamento deve vir acompanhado de cabos de força para cada fonte, compatíveis com o padrão NBR 14136, de comprimento mínimo de 1,5m.

6.4.4. Funcionalidades de Camada 2

- 6.4.4.1. Deve implementar link aggregation (IEEE 802.3ad) com suporte a 8 portas por grupo.
- 6.4.4.2. Deve implementar no mínimo 4000 VLANs Ids, contemplando VLANs Ids de número 1 a 200, pelo menos.
- 6.4.4.3. Deve implementar MVRP (Multiple VLAN Registration Protocol).
- 6.4.4.4. Deve implementar LLDP (IEEE 802.1ab).
- 6.4.4.5. Deve implementar LLDP-MED.
- 6.4.4.6. Deve implementar PVST+ e RPVST+.
- 6.4.4.7. Deve implementar Multiple Spanning Tree (IEEE 802.1s).

6.4.5. Funcionalidades de Camada 3

- 6.4.5.1. Deve implementar roteamento estático IPv4 e IPv6.
- 6.4.5.2. Deve implementar RIP v1 e v2.
- 6.4.5.3. Deve implementar OSPF v1, e/ou v2, e/ou v3.
- 6.4.5.4. Deve implementar Policy-based Routing.
- 6.4.5.5. Deve implementar VRRP.
- 6.4.5.6. Deve implementar servidor DHCP (IPv4 e IPv6).
- 6.4.5.7. Deve implementar DHCP relay.
- 6.4.5.8. Deve suportar REST API.



TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BENS

6.4.6. QoS

- 6.4.6.1. Deve implementar 802.1p.
- 6.4.6.2. Deve implementar controle de broadcast.
- 6.4.6.3. Deve implementar rate limiting.
- 6.4.6.4. Deve implementar priorização com base em portas TCP/UDP.

6.4.7. Segurança

- 6.4.7.1. Deve implementar controle de acesso baseado em perfis (Role Based Access Control).
- 6.4.7.2. Deve implementar autenticação 802.1X de múltiplos usuários por porta.
- 6.4.7.3. Deve implementar autenticação para acesso à interface Web.
- 6.4.7.4. Deve implementar listas de controle de Acesso (ACL) baseado em endereço IP de origem e destino e porta TCP/UDP de origem e destino.
- 6.4.7.5. Deve permitir autenticação em servidores RADIUS e TACACS+.
- 6.4.7.6. Deve implementar associação automática de VLAN e ACL de acordo com usuário autenticado.
- 6.4.7.7. Deve implementar proteção contra ataques de ARP.

6.4.8. Gerenciamento

- 6.4.8.1. Deve implementar funcionalidade que permita a detecção de links unidirecionais, tais como UDLD.
- 6.4.8.2. Deve suportar no mínimo duas imagens de software na flash.
- 6.4.8.3. Deve suportar múltiplos arquivos de configuração na flash.
- 6.4.8.4. Deve possuir interface web para configuração.
- 6.4.8.5. Deve implementar SSHv1/SSHv2.
- 6.4.8.6. Deve implementar SFTP.
- 6.4.8.7. Deve implementar SNMP v1/v2/v3.

6.5. REQUISITOS DO TRANSCEIVER 10G SFP+ LC SR

6.5.1. Características Físicas e conexões

- 6.5.1.1. Transceiver SFP+ para conexão de fibras ópticas multimodo, entre as interfaces padrão principais do switch core ofertado, e interfaces de uplink dos switches de acesso ofertados.
- 6.5.1.2. Deve ser do tipo 10GBASE-SR SFP+, compatível com o padrão 10GBASE-SR para fibras ópticas de até 300m, com conector LC.
- 6.5.1.3. Deve ser do mesmo fabricante dos equipamentos ofertados no termo de referência.
- 6.5.1.4. Deve ser totalmente compatível e homologado para funcionamento com os switches ofertados nesse termo de referência, nas velocidades das respectivas portas de up-link/empilhamento nos switches de acesso, e das interfaces padrão principais dos switches core.

6.6. REQUISITOS DO TRANSCEIVER 1G SFP LC SX

6.6.1. Características Físicas e conexões

- 6.6.1.1. Transceiver SFP para conexão de fibras ópticas multimodo, a partir das interfaces padrão do switch core ofertado, e interfaces 1G de switches já existentes na CMBH.
- 6.6.1.2. Deve ser do tipo 1000BASE-SX SFP, compatível com o padrão 1000BASE-SX para fibras ópticas de até 300m, com conector LC.
- 6.6.1.3. Deve utilizar comprimento de onda de 850nm.
- 6.6.1.4. Deve ser do mesmo fabricante dos equipamentos ofertados no termo de referência.
- 6.6.1.5. Deve ser totalmente compatível e homologado para funcionamento com os switches ofertados nesse termo de referência.

6.7. REQUISITOS DO CABO DAC 10G SFP+ para SFP+ 1m

6.7.1. Características Físicas e conexões

- 6.7.1.1. Cabo DAC, tipo 10G SFP+ para SFP+, para conexão/empilhamento entre switches de



TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BENS

acesso ofertados por meio das portas de up-link/empilhamento.

- 6.7.1.2. Deve possuir comprimento mínimo de **1 (um) metro**.
- 6.7.1.3. Deve ser do mesmo fabricante dos equipamentos ofertados no termo de referência.
- 6.7.1.4. Deve ser totalmente compatível e homologado para funcionamento com os switches ofertados nesse termo de referência, nas velocidades das respectivas portas de up-link/empilhamento.

6.8. REQUISITOS DO CABO DAC 10G SFP+ para SFP+ 3m

6.8.1. Características Físicas e conexões

- 6.8.1.1. Cabo DAC, tipo 10G SFP+ para SFP+, para conexão/empilhamento entre switches de acesso ofertados por meio das portas de up-link/empilhamento.
- 6.8.1.2. Deve possuir comprimento mínimo de **3 (três) metros**.
- 6.8.1.3. Deve ser do mesmo fabricante dos equipamentos ofertados no termo de referência.
- 6.8.1.4. Deve ser totalmente compatível e homologado para funcionamento com os switches ofertados nesse termo de referência, nas velocidades das respectivas portas de up-link/empilhamento.

6.9. REPASSE DE CONHECIMENTO TÉCNICO

- 6.9.1. A CONTRATADA deverá repassar o conhecimento técnico de configuração dos equipamentos fornecidos à equipe técnica da CMBH de forma a capacitá-la a realizar todos os procedimentos de instalação e configuração dos equipamentos/solução ofertada (HANDS-ON).
- 6.9.2. Deverão ser repassados conhecimentos como configuração de empilhamento dos switches, configuração de ACLs, troca de switches no empilhamento, configurações iniciais, configurações de VLANs e interfaces, administração de acesso ao equipamento, dentre outras.
- 6.9.3. Poderão participar desta capacitação até 10 (dez) profissionais da CMBH.
- 6.9.4. O repasse de conhecimento deverá utilizar os próprios equipamentos fornecidos pela CONTRATADA à CMBH.
- 6.9.5. O agendamento do horário para o repasse de conhecimento técnico será definido entre as partes após a contratação e entrega dos equipamentos. O mesmo deverá ocorrer nas dependências da CMBH, devendo a LICITANTE prever os custos de deslocamento em sua proposta comercial.

7 - INDICAÇÃO DE MARCA

Foi necessário indicar marca de produto na especificação, que não seja apenas de referência?
Não.

8 - LOCAL E HORÁRIO PARA A ENTREGA DOS BENS

A entrega do(s) bem(ns) deverá ser feita pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus adicionais para a CMBH, no seguinte endereço: Avenida dos Andradas, nº 3.100, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.260-900, nos seguintes dias, horários e setor(es): Segunda a Sexta, de 08:00 às 17:00, na Seção de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (SECITI), sala A-210, telefones: (31) 3555-1134 e (31) 3555-1135.

9 - FORMA E PRAZO DE ENTREGA DOS BENS

A forma de entrega dos bens é:

() Única.

Para os itens:

() Parcelada.

Para os itens: todos

Definir forma de parcelamento: quando o item constar na ordem de compra, com o mínimo de 1



TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BENS

(uma) unidade de qualquer um dos bens

O prazo de entrega do(s) bem(ns) é de, no máximo, 30 (trinta) dias úteis, a contar:

() da emissão da ordem de compra.

() do seguinte:

10 - PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA PARA OS BENS (refere-se à garantia quanto a vícios e defeitos dos produtos)

É caso de exigência de garantia com prazo superior ao previsto no Código de Defesa do Consumidor (art. 26, Lei 8.078/1990)?

Sim.

Prazos e condições de garantia:

- Para todos os itens, deverá ser ofertada garantia do fabricante de, **no mínimo, 5 (cinco) anos** com cobertura à atualizações de software, reparo de hardware ou troca de peças, e substituição do equipamento, do tipo *Next Business Day* para remessa.

- A logística de entrega de equipamentos e peças para substituição em garantia e de recolhimento dos equipamentos e peças defeituosos deverá ser de responsabilidade do fabricante, ou de seu representante.

Justificativa:

Os prazos de garantia exigidos visam promover as melhores condições de aquisição e uso dos equipamentos para a CMBH.

É exigida a garantia no prazo apresentado, por se tratar de equipamentos preparados para uso constante, durante tempo longo e indeterminado. Assim, mesmo após anos de uso, a solução poderá ter pleno funcionamento, estando coberto por garantia, maximizando a eficiência do investimento feito pela CMBH, e aumentando a segurança e resiliência da rede de dados. É digno de nota que existem fabricantes no mercado que apresentam tipo de garantia vitalícia, sendo prática de diversos fabricantes do mercado. Ainda assim, visando ampliar a competitividade, a área técnica entendeu pertinente e aceitável a garantia no tempo apresentado.

Ressalta-se que se tratam de equipamento de alto risco envolvido, requerendo o melhor tipo de garantia possível de ser ofertada por diversos fabricantes, que é o caso.

Para os acessórios, transceivers e cabos DAC, é prática comum do mercado que estes acessórios acompanhem a garantia do equipamento com o qual estejam sendo fornecidos e usados, portanto, todos os equipamentos especificados seguem os mesmos critérios.

Sobre a logística de execução da garantia, é tradicional que estas ações sejam realizadas pelo fabricante, sendo, portanto, especificada neste Termo de Referência, o que não gera custos adicionais para a CMBH.

11 - FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O faturamento será realizado: Ao final da entrega do bem.

As condições de pagamento são as previstas nos modelos de [Minuta de Contrato / Contratação por Nota de Empenho](#) disponíveis no Portal da CMBH? Sim.

12 - GESTORA / GESTOR DA CONTRATAÇÃO

A Gestora/O Gestor será a titular/o titular do seguinte setor: DIVTEC – Divisão de Tecnologia da Informação e Inovação

13 - FISCAL DA CONTRATAÇÃO

Haverá designação de Fiscal para esta contratação? Sim. Nome do fiscal: SECITI – Seção de Infraestrutura de Tecnologia da Informação



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE BENS

14 - VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

Início da vigência: A partir da assinatura do contrato/emissão da nota de empenho, no seguinte exercício: Exercício da contratação (2021)

Duração da vigência: Até o final do exercício da contratação.

O término da vigência da contratação não interrompe eventual garantia prevista no tópico 10 deste documento e nem desobriga a CONTRATADA de prestar a assistência técnica dentro do prazo da referida garantia. Em caso de Registro de Preços, a vigência da ata será de 12 (doze) meses, conforme minuta padrão de Ata de Registro de Preços. A vigência de que trata este campo se refere à contratação.

15 - DISPOSIÇÕES SOBRE POSSÍVEIS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Dentre os requisitos estabelecidos, está a exigência de que os switches sigam o padrão IEEE 802.3az. Este padrão, conhecido como *Green Ethernet*, significa que os equipamentos são dotados de tecnologia de economia de energia, em conformidade com os critérios de sustentabilidade. **Além disso, é exigido que todos os switches tenham conformidade com a diretiva de restrição de substâncias perigosas (Restriction of Hazardous Substances) RoHS**, para que sejam menos nocivos ao meio ambiente.

16 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

SOBRE REGISTRO DE OPORTUNIDADES

16.1 Com fulcro no Acórdão 2.569/2018-Plenário do TCU, as empresas LICITANTES deverão, como requisito de aceitabilidade das suas propostas comerciais, apresentar declaração de não utilização da prática de Registro de Oportunidade, o que deve ser feito conforme Modelo de Proposta Comercial anexado ao edital. Tal exigência está em compatibilidade com o Parecer PROLEG – nº 11/2021, referente ao processo nº 1.487/2020. Com destaque, a mencionada declaração visa a atender ao princípio da isonomia, buscando garantir ampla competitividade ao certame, em consonância com o art. 3º, caput, da Lei 8.666/93.

SOBRE COMPROVAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

16.2 Como critério de aceitabilidade das suas propostas, as empresas LICITANTES deverão apresentar os prospectos técnicos (fichas técnicas) dos produtos ofertados, para que a equipe técnica da CMBH possa avaliar se as características exigidas neste Termo de Referência são atendidas pelos produtos. Essa exigência visa a garantir que apenas equipamentos que atendam às especificações elencadas no presente TR sejam aceitos. Também, permite que se tenha acesso a informações que não são disponibilizadas na Internet, mas somente aos parceiros dos fabricantes.

• As obrigações da CMBH e da Contratada são aquelas estabelecidas na Minuta de Contrato/Contratação por Nota de Empenho e eventualmente na especificação completa do objeto constante deste Termo de Referência.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL - Pregão Eletrônico nº 32/2021****ATENÇÃO:
PREENCHER SOMENTE OS CAMPOS EM BRANCO****Dados da Empresa**

Razão social:			
Nome fantasia:			
CNPJ:			
Inscrição estadual:		Inscrição municipal:	
Endereço:			
CEP:			
Telefone/fax:			
E-mail:			
Contato:			

Dados Bancários

Banco	
Agência	
Conta corrente	

Dados do Objeto

Lote nº	Item nº	Bem/Serviço	Unidade	Qty.	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1	Switch de acesso PoE – 24 portas 10/100/1000BASE-T, 4 portas SFP+ 1/10GbE	Unidade	10			R\$ 0,00
1	2	Switch de acesso – 48 portas 10/100/1000BASE-T, 4 portas SFP+ 1/10GbE	Unidade	11			R\$ 0,00
1	3	Switch core – 24 portas SFP+ 1/10GbE, 4 portas SFP+ 1/10G	Unidade	2			R\$ 0,00
1	4	Transceiver 10G SFP+ LC SR	Unidade	40			R\$ 0,00
1	5	Transceiver 1G SFP LC SX	Unidade	12			R\$ 0,00
1	6	Cabo DAC 10G SFP+/SFP+ 1m	Unidade	16			R\$ 0,00

1	7	Cabo DAC 10G SFP+/SFP+ 3m	Unidade	5			R\$ 0,00
TOTAL GLOBAL							R\$ 0,00
Observações importantes:							
Declarações:							
A presente proposta comercial está de acordo com todas as condições do edital do Pregão Eletrônico nº 32/2021							
No que concerne aos objetos ofertados na presente proposta, atendendo ao critério de aceitabilidade mencionado no subitem 16.1 do Termo de Referência, a empresa declara que não faz uso da prática de Registro de Oportunidade.							
A validade desta proposta é de 60 dias.							
<i>“Declaro, para os devidos fins, que esta empresa não se enquadra em qualquer caso de proibição previsto na legislação vigente para licitar ou contratar com a Administração Pública.”</i>							
Local:							
Data:							
<input style="width: 50%; height: 20px;" type="text"/> Representante legal da empresa							



ANEXO ESPECÍFICO

MICROEMPRESAS (ME's) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP's)

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 - Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo à declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

1.1.1 - Em relação aos itens exclusivos para participação de microempresas (ME's) e empresas de pequeno porte (EPP's), a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame.

1.1.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS

2.1 - Em relação aos itens ou grupos de itens não exclusivos a microempresas (ME's) e empresas de pequeno porte (EPP's), uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as licitantes assim qualificadas, procedendo à comparação de seus valores com os valores da primeira classificada, se esta não se enquadrar no tratamento diferenciado, assim como das demais classificadas, quando for o caso, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 (empate ficto).

2.2 - Nessas condições, caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de empresas qualificadas como ME's ou EPP's que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço válido serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

2.3 - A melhor classificada dentre as ME's ou EPP's, nos termos do subitem anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor

BN
503



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

2.3.1 - Caso a licitante qualificada como ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes assim qualificadas que se encontrarem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

3 COTA RESERVADA PARA ME OU EPP

3.1 - Os itens ou grupo de itens reservados à participação exclusiva de ME ou EPP, como cotas, nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 se submetem às regras previstas neste item, para fins de julgamento da melhor proposta.

3.2 - Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes da cota principal, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

3.3 - Não havendo vencedor para a cota principal, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota reservada, ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes da cota reservada, desde que pratiquem o preço do vencedor da cota reservada.

3.4 - Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, será considerado o menor preço unitário, dentre as cotas, para o cálculo do valor final de ambas as cotas.

3.5 - Nas licitações por Sistema de Registro de Preços ou por entregas parceladas, será dada prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada seja inadequada para atender às quantidades ou condições do pedido, conforme justificativa do gestor do contrato.

4 HABILITAÇÃO

4.1 - As ME's e EPP's deverão anexar ao sistema toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estes apresentem alguma restrição, sob pena de inabilitação,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Procuradoria
Izabella Santos e Nunes - CM 552
Procuradora Geral Adjunta
CAB/MC/14.133

ressalvados aqueles documentos cuja emissão pela internet dependam apenas do CNPJ da licitante ou aqueles documentos constantes do SUCAF ou SICAF, caso em que serão consultados pelo(a) PREGOEIRO(A).

4.2 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

4.2.1 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da **regularidade fiscal e trabalhista**, entregues por ME ou EPP, será assegurado à licitante o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou a EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do(a) PREGOEIRO(A), para a regularização.

4.2.1.1 - A comprovação de que trata o subitem 4.2.1 deste anexo deverá ser feita por documento a ser entregue na Seção de Apoio a Licitações da CMBH, na Avenida dos Andradas, nº 3.100, sala A-121, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, Minas Gerais, no horário de 9:00 às 18:00 horas dos dias úteis, ou então, pelo e-mail cpl@cmbh.mg.gov.br.

4.2.1.2 - O documento deverá ser entregue em original ou por documento autenticado por cartório, meio eletrônico ou pela Secretaria da CPL, sem prejuízo daqueles documentos cuja emissão pela internet dependam apenas do CNPJ da licitante ou daqueles que possam ser verificados junto ao SUCAF ou SICAF, casos em que serão consultados pelo PREGOEIRO(a).

4.2.2 - A prorrogação do prazo para a regularização da documentação fiscal ou trabalhista dependerá de requerimento tempestivo da licitante, devidamente fundamentado, dirigido ao(à) PREGOEIRO(A), através do e-mail cpl@cmbh.mg.gov.br.

4.2.2.1 - Para fins do subitem 4.2.2 supra, entende-se por "tempestivo" o requerimento apresentado dentro dos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos, na mesma forma prevista no subitem 4.2.1.1 deste anexo.

4.2.3 - A não regularização da documentação fiscal ou trabalhista no prazo previsto implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/1993 e da multa indicada no edital, sendo facultado ao(à)

BN
503

AS

D

12

587

16/02/20

16/02/20

16/02/20



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PREGOEIRO(A) convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo ao(a) Presidente da CMBH para revogação do certame.


4.3 - Para os fins do subitem 4.2.1 deste anexo, entende-se que a empresa foi declarada vencedora do certame no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

4.4 - Nos itens não exclusivos a ME's e EPP's, em havendo inabilitação, haverá nova verificação pelo(a) PREGOEIRO(A) através do sistema de eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 - Todas as previsões contidas neste anexo para a MICROEMPRESA (ME) e EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) se aplicam também aos entes a elas equiparados, nos termos da legislação vigente.

5.2 - Serão destinadas à participação exclusiva de ME's e EPP's as licitações com itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), salvo disposição contrária na "folha de apresentação" do edital.


Priscila Caroline C. S. Rodrigues
CM - 621
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação


R




P/20

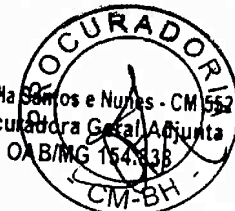
BN
503





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Izabela Santos e Nunes - CM 552
Procuradora Geral Adjunta
OAB/MG 154.438



- CONTRATO Nº ____/2019
- PREÂMBULO -

1. OBJETO:

Constitui objeto deste contrato _____, pela CONTRATADA, conforme detalhado nos **ANEXOS I E II**.

2. PARTES:

2.1. CONTRATANTE:

Nome: CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE,
CNPJ: 17.316.563/0001-96
Sede: Avenida dos Andradas, nº 3.100, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte,
Representante: Vereador _____,
Cargo/Função: Presidente
Gestor do contrato: _____

2.2. CONTRATADO:

Nome: _____
CNPJ: _____
Sede: _____
Representante: _____
Cargo/Função: _____

3. DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S): _____.

4. PREÇO E CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

A presente contratação possui o **valor total mensal estimado** de R\$ _____, correspondendo a um valor global anual estimado de R\$ _____, conforme detalhamento constante na proposta comercial da CONTRATADA e nos **Anexos I e II** deste contrato.

5. VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato vigorará de ____/____/____ até ____/____/____.

5.2 - A vigência do presente contrato poderá prorrogada nos termos e limites legais, sujeita a avaliação de sua admissibilidade, possibilidade orçamentário-financeira e conveniência administrativa quando da efetiva demanda pela prorrogação.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. A presente contratação decorre do Pregão _____ nº ____/____ e rege-se pelos preceitos das Leis Federais nºs 10.520/2002 e 8.666/1993.

6.2. As condições exigíveis para a execução do contrato e as obrigações da CMBH e da CONTRATADA em relação à presente contratação são aquelas previstas no corpo padrão do contrato e em seus **ANEXOS I, II, III e IV**, bem como no edital do Pregão _____ nº ____/____.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Priscila Caroline C. S. Rodrigues
EM - 621
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Procuradoria
izabella Santos e Nunes - CM 552
Procuradora Geral Adjunta
OAB/MS 154.838
CM-BH

6.3. O instrumento do contrato epigrafado é composto por este preâmbulo, pelo corpo do contrato e pelos seguintes anexos, todos constituindo um só e indivisível documento:

ANEXO I - cópia do Termo de Referência apresentado pelo setor demandante.

ANEXO II - cópia da proposta comercial apresentada pela CONTRATADA.

ANEXO PADRÃO III - Disposições específicas para os contratos de alocação de mão de obra.

ANEXO IV - Garantia Contratual.

Belo Horizonte, ____ de _____ de ____.

CMBH

CONTRATADA

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including numbers 420, 410, 495, 403, 541, 503, 428, 551, 502, and 414.]



- CORPO DO CONTRATO -
DOCUMENTO PADRÃO

1 - PREÇO E CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

- 1.1 - Este contrato possui os preços detalhados no **ANEXO II**.
- 1.2 - O pagamento será efetuado, conforme periodicidade definida no **ANEXO I**, por cobrança bancária em carteira sem vencimento, por depósito bancário ou por outro meio que vier a ser definido pela CMBH, de ofício ou a pedido formal e justificado da CONTRATADA, após a execução do objeto e a sua aceitação definitiva pela CMBH, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar, ainda, da entrega da correspondente nota fiscal (corretamente preenchida e liquidada) à Divisão de Gestão Financeira da CMBH, observadas as demais disposições constantes do **ANEXO I** deste contrato.
- 1.2.1 - A CMBH não efetuará pagamento por meio de documentos com data de vencimento pré-estabelecida.
- 1.3 - A liquidação da despesa somente será feita com o reconhecimento formal pelo gestor do contrato de que a execução do objeto se deu de forma efetiva, satisfatória e atendendo a todas as condições contratuais.
- 1.4 - A CMBH não efetuará, em nenhuma hipótese, pagamento antecipado.
- 1.5 - A nota fiscal deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente com as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias.
- 1.6 - A CMBH, identificando quaisquer divergências na nota fiscal, especialmente no que tange a preços e quantitativos, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, reabrindo-se o prazo de 10 (dez) dias úteis citado no subitem 1.2 a partir da data de apresentação da nova nota fiscal corrigida dos vícios apontados.
- 1.7 - O pagamento realizado pela CMBH não implicará prejuízo de a CONTRATADA reparar toda e qualquer falha que se apurar na execução do objeto, nem excluirá as responsabilidades de que tratam a Lei Federal nº 10.520/2002, o Código de Defesa do Consumidor e/ou demais normas aplicáveis ao caso, tudo dentro dos prazos legais pertinentes.
- 1.8 - O pagamento efetuado não implicará, ainda, reconhecimento pela CMBH de adimplemento por parte da CONTRATADA relativamente às obrigações (previdenciárias, sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais ou quaisquer outras) que lhe são devidas em decorrência da execução do objeto nem novação em relação a qualquer regra constante das especificações desta contratação.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
495

[Handwritten signature]
410

[Handwritten signature]
403

[Handwritten signature]
851

[Handwritten signatures]
428 503 414 492 854



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

izabella Santos e Nunes - CM 552
Procuradora Geral Adjunta
OAB/MG 154.833
CM-BH



2 - RECEBIMENTO E ACEITABILIDADE DO OBJETO

O recebimento e a aceitação do objeto serão feitos na forma, nas condições e nos prazos definidos no **ANEXO I** deste contrato.

3 - REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS

3.1 - Tratando-se de contrato para prestação de serviços contínuos, nos termos do artigo 57, II, da Lei 8.666/93, os valores previstos no contrato poderão ser reajustados, observado o interstício mínimo de 1 (um) ano contado da data limite para apresentação da proposta comercial ou do último reajuste, tendo como base a variação acumulada do INPC/IBGE no período.

3.1.1 - O reajuste dependerá de solicitação da CONTRATADA e seus efeitos financeiros serão devidos a partir da data de protocolização da mesma solicitação, desde que observados o interstício mínimo e o índice admitido.

3.2 - Poderão ser revistos, em observância ao princípio constitucional e legal do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, os valores previstos no contrato em decorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

3.2.1 - A revisão dependerá de solicitação da CONTRATADA, fornecendo os documentos que justifiquem e comprovem a alteração dos valores, e seus efeitos financeiros serão devidos a partir da data de protocolização da mesma solicitação.

3.3 - Nos termos do art. 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1993, o reajuste e a revisão serão efetivados mediante termo de apostila, salvo quando o mesmo dispositivo definir em sentido contrário, hipótese em que dependerá de termo aditivo.

4 - FISCALIZAÇÃO

4.1 - A execução do objeto será acompanhada, controlada, fiscalizada e avaliada pelo **gestor do contrato**, indicado no **ANEXO I** e no preâmbulo deste contrato, a quem caberá, nos termos do § 1º do art. 67 da Lei 8.666/1993, proceder às anotações das ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou das impropriedades observadas.

4.1.1 - O gestor do contrato será também o fiscal respectivo, podendo delegar esta função.

Handwritten signatures and initials in blue ink on the left margin, including the number 4995.

Handwritten signature and initials in blue ink on the left margin.

Handwritten number 562 in blue ink.

Handwritten number 503 in blue ink.

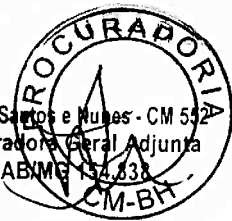
Handwritten signature and initials in blue ink.

Handwritten number 914 in blue ink.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Izabella Santos e Nunes - CM 532
Procuradora Geral Adjunta
OAB/MG 134.838
CM-BH



- 4.1.2** - O superior hierárquico poderá exercer a função de gestor do contrato, inclusive da competência prevista na cláusula 1.3, nas hipóteses em que o gestor do contrato encontre-se legalmente afastado ou licenciado de suas funções.
- 4.2** - O recebimento definitivo do objeto somente se efetivará após a atestação pelo **gestor do contrato** de que a execução observou todas as exigências contratualmente previstas.
- 4.2.1** - Para fins do disposto no subitem 4.2, o gestor do contrato poderá solicitar do fiscal do contrato, quando for o caso, relatórios informativos das condições de prestação dos serviços.
- 4.3** - A fiscalização será exercida no interesse da CMBH, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implicará corresponsabilidade da CMBH ou de seus agentes e prepostos.
- 4.4** - A CMBH se reserva o direito de não receber objeto executado em desacordo com as especificações e condições constantes do **ANEXO I**, podendo rescindir a contratação e aplicar as penalidades previstas neste contrato e na legislação pertinente.
- 4.5** - Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratado, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus adicionais para a CMBH.

5 - RESPONSABILIDADES

- 5.1** - A CONTRATADA, neste ato, assume perante a CMBH a responsabilidade civil relativamente a qualquer dano que a execução do objeto por ela efetivada venha a causar ao patrimônio público, ao pessoal da CMBH ou a terceiros.
- 5.2** - A CONTRATADA será responsável por todos os encargos (trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, fiscais, securitários, ou quaisquer outros, se for o caso) devidos para a execução deste contrato, devendo remeter à CMBH os respectivos comprovantes, sempre que exigidos, sem prejuízo da obrigação prevista no subitem 5.4.
- 5.2.1** - Em caso de a CMBH ser judicialmente condenada ao pagamento de quaisquer ônus referidos no subitem 5.2, a CONTRATADA deverá ressarcir-la dos valores correspondentes, acrescidos de 20% (vinte por cento) a título de honorários.
- 5.3** - A CONTRATADA não poderá, a título algum, ceder o objeto do presente contrato.

428
503
495
557
551



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Procuradoria
Procuradora Geral Adjunta
OAB/MG 154.838
CM-BH

- 5.4** - A CONTRATADA será obrigada a manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas no processo licitatório, sendo obrigada a encaminhar à CMBH cópia da documentação respectiva sempre que solicitado por esta última.
- 5.5** - A CONTRATADA deverá manter, ao longo da execução deste contrato, a qualidade do objeto, conforme previsto no **ANEXO I**, sendo obrigada a refazer o objeto entregue que apresentar qualquer tipo de defeito.

6 - CAUSAS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 6.1** - Este contrato poderá ser extinto:
- pelos decurso de seu prazo de vigência;
 - pelo integral cumprimento do seu objeto, atestado pelo gestor do contrato;
 - por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a CMBH;
 - por determinação judicial;
 - por ato unilateral da CMBH.
- 6.2** - A rescisão unilateral do contrato prevista na subcláusula anterior poderá ser promovida pela CMBH nos seguintes casos:
- inexecução parcial ou total das obrigações contratuais;
 - declaração de falência ou aceitação do pedido de recuperação judicial da CONTRATADA, no curso da execução deste contrato;
 - injustificada baixa na qualidade do objeto executado, a juízo da CMBH.
- 6.3** - A decretação da rescisão unilateral poderá ser cumulada com a aplicação da multa contratual e de outras penalidades legalmente admissíveis.

7 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1** - Pela inexecução total ou parcial deste contrato poderá a CMBH aplicar à CONTRATADA, além das demais cominações legais pertinentes, as seguintes sanções:
- advertência;**
 - multa de 0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto ou por dia de atraso no cumprimento contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculada sobre o preço total do contrato, por ocorrência;
 - multa de 10%** (dez por cento) calculada sobre o preço total do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal;
 - multa de 20%** (vinte por cento) calculada sobre o preço total do contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Izabella Santos e Nunes - CM 557
Procuradora-Chefe Adjunta
OAB/MG 134838
CM-BH

do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a CMBH, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada;

- e) **impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública do Município de Belo Horizonte pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- f) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com órgão público;
- g) **rescisão contratual**, aplicável independentemente de efetiva aplicação de qualquer das penalidades anteriores.

7.2 - As sanções definidas no subitem 7.1 poderão ser aplicadas pelas seguintes pessoas, autonomamente:

- a) **letra "a"** → pelo Presidente, pelo Diretor, ou equivalente, da área gestora do contrato, pelo Gestor do Contrato;
- b) **letras "b", "c" e "d"** → pelo Presidente, pelo Diretor, ou equivalente, da área gestora do contrato;
- c) **letras "e", "f" e "g"** → pelo Presidente.

7.3 - Os valores das multas aplicadas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela CMBH, e, na insuficiência ou falta desses, serão descontados da garantia contratual.

7.3.1 - Se os valores das multas aplicadas forem superiores aos pagamentos devidos pela Câmara Municipal ou da garantia contratual, deverá a contratada recolher a diferença no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar de notificação específica para esse fim.

7.3.2 - Em caso de não pagamento no prazo previsto no parágrafo anterior o valor da multa sofrerá correção diária pelo IPCA-E a partir da data da notificação.

7.4 - Em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas as penalidades definidas nas **letras "e", "f" e "g"** cumulativamente com a multa cabível.

7.5 - As penalidades somente serão aplicadas após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, na forma e nos prazos previstos em lei.

7.6 - Para os fins do subitem 7.1, entende-se por "preço total do contrato" aquele assim indicado no **ANEXO II**.

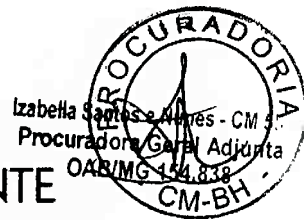
8 - ADITAMENTO

Este contrato poderá ser alterado, nos termos e limites da legislação vigente, e sempre por meio de termo aditivo.

Handwritten signatures and numbers: 414, 428, 503, 502, 551, 495, 463, 557.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



9 - PEÇAS INTEGRANTES DO CONTRATO

Independentemente de transcrição, integram o presente contrato o edital do certame que o fundamenta, a documentação e a proposta comercial da CONTRATADA, no que estas não conflitarem com o edital e com o contrato, bem como os demais documentos descritos no preâmbulo deste contrato.

10 - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato.

11 - ACEITAÇÃO

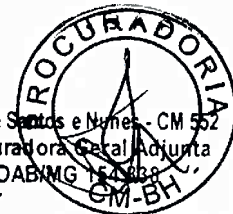
E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including numbers 410, 405, 557, 503, 428, and 414.]



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Izabela Santos e Neryes - CM 552
Procuradora Geral Adjunta
DABMG 154889
CM-BH



- ANEXO I DO CONTRATO -
TERMO DE REFERÊNCIA

270

410

495

49

503

403

502

541

557

428

444

4



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

izabela Santos Almeida - CM 562
Procuradora Geral Adjunta
OAB/MG 154.838



**- ANEXO II DO CONTRATO -
PROPOSTA COMERCIAL APRESENTADA PELA CONTRATADA**

Handwritten notes and signatures in blue ink, including numbers and initials:

- 270
- 440
- 600
- 495
- 541
- 403
- 551
- 428
- BN 503
- 562
- 444



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ANEXO

- Retificação da cláusula referente a protocolo de pedidos de esclarecimentos e impugnações ao edital -

Na cláusula 19.1, referente a protocolo de pedidos de esclarecimentos e impugnações ao edital, onde se lê,

“por escrito, entregando o documento respectivo na Seção de Apoio a Licitações da CMBH, na Avenida dos Andradas, nº 3.100, sala A-121, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, Minas Gerais, no horário de 9:00 às 18:00 horas dos dias úteis”

leia-se,

“por escrito, entregando o documento respectivo na **Seção de Apoio Operacional da CMBH**, na Avenida dos Andradas, nº 3.100, **sala B-104**, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, Minas Gerais, no horário **de 9:00 às 15:00 horas** dos dias úteis **ou** na **Seção de Apoio a Licitações da CMBH**, na Avenida dos Andradas, nº 3.100, sala A-121, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, Minas Gerais, **em dia útil a ser previamente agendado pela interessada com no mínimo 1 (um) dia de antecedência a essa entrega, pelo telefone (31) 3555-1249 ou pelo e-mail cpl@cmbh.mg.gov.br.**”